

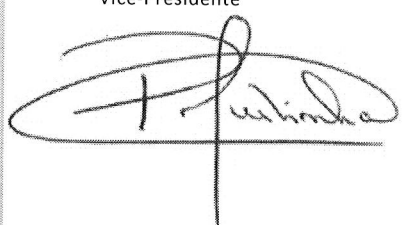


**Município de Pombal**  
Gabinete Jurídico e Contencioso

CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL  
Apresentado à reunião celebrada  
em: 12.04.2017

A C. d. P. U. aprovou o  
proposto no inf. n.º  
CO (minuta)

## INFORMAÇÃO

À Reunião	<p>06-04-2017 Vice-Presidente</p>  <p>(Pedro Murtinho - Eng.º)</p>

### Assunto: Minuta de Contratos Interadministrativos a celebrar com as Juntas de Freguesias/Uniões de Freguesias - Ação Social

Exm.º. Senhor Vice-Presidente,

Na sequência de instruções dirigidas por parte do Senhor Presidente, procedeu o Gabinete Jurídico e Contencioso à redação de propostas de minutas de contratos interadministrativos a celebrar com as Juntas de Freguesias/Uniões de Freguesias do concelho, que consubstanciam delegação de competências no domínio da Ação Social.

Na verdade, a multiplicação de domínios de decisão na Administração Local traduz-se num pluralismo de interesses e de legitimidades, pressupondo formas de articulação e de cooperação, entre as quais se integram os contratos interadministrativos, definidos à luz dos princípios da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos, da boa administração, da cooperação, da colaboração e da coordenação.

Não subsistem dúvidas de que constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, designadamente no domínio da ação social (cf. n.ºs 1 e 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).

Posto isto, e tendo presente que “a rede social criada na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, impulsionou um trabalho de parceria alargada incidindo na planificação estratégica da intervenção social local, abrangendo actores sociais de naturezas e áreas de intervenção, visando



## Município de Pombal

Gabinete Jurídico e Contencioso

*contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social ao nível local” (excerto do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho), e ainda que o aumento da esperança média de vida, impõe que sejam delineadas estratégias conducentes à melhoria das condições de vida das pessoas idosas, ou portadoras de deficiência, física ou mental, nomeadamente através da definição de projetos a nível local, é pretensão do Município de Pombal criar um modelo de organização e de trabalho em parceria, capaz de conferir maior eficácia e eficiência nas respostas sociais aos cidadãos do concelho, bem como à implementação de todos os programas gizados no âmbito da ação social, de que são exemplo o Programa AMPARHA, a Teleassistência, o Programa Rede Social, o Programa EPIS, o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, o Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, o Programa de Expansão da Educação Pré-Escolar — Atividades de Animação e de Apoio à Família, entre outros.*

Neste contexto, como em tantos outros, as freguesias e uniões de freguesias apresentam-se como atores privilegiados, designadamente em razão da proximidade que detêm com as respetivas populações.

Importa registar que, tendo por referência a densidade populacional correspondente a cada uma das freguesias, procedeu-se à criação de alguns grupos, por forma a criar uma identidade com as Comissões Sociais de Freguesia e com as Comissões Sociais Interfreguesias, em virtude de se afigurar a solução mais adequada, eficiente e eficaz para o exercício das competências em causa, na medida em que o escopo subjacente à delegação é, nos termos da lei, o aumento da eficiência da gestão dos recursos, bem como os ganhos de eficácia, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização de recursos disponíveis (*cf. n.º 3 do artigo 115º do citado diploma legal*),

Em face de tudo quanto se acaba de valorar, submetem-se à análise de V. Ex<sup>a</sup> as propostas de minuta que ora se anexam, propondo-se que, caso assim o entenda e concordando com o respetivo teor, sujeite as mesmas à apreciação do órgão Câmara Municipal, para que delibere no sentido de requerer a competente autorização para a respetiva celebração ao órgão Assembleia Municipal, nos termos das disposições constantes na *alínea k)* do *n.º 1 artigo 25º* e na *alínea l)* do *n.º 1 artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*.

À consideração superior,

A Técnica Superior



Município de Pombal  
Gabinete Jurídico e Contencioso

(Sonia Casaleiro)

Anexa: 7 (sete) minutas



***MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO***

Considerando que a *Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, veio introduzir um novo regime normativo de enquadramento da delegação de competências, através da sua contractualização, possibilitando que os órgãos dos municípios deleguem competências nos órgãos das freguesias, em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

Considerando que deste novo regime ganha especial destaque a figura do contrato interadministrativo prevista no *artigo 120.º do Anexo I da referida Lei*, a que deve obedecer a delegação de competências, sob pena de nulidade;

Considerando que da conjugação das disposições constantes no *n.º 2 do artigo 117º e no artigo 131º*, ambos do *Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, os municípios, através dos seus órgãos, para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e apoio direto as comunidades locais, podem delegar competências nos órgãos daquelas;

Considerando que a multiplicação de domínios de decisão na Administração Local se traduzem num pluralismo de interesses e de legitimidades, pressupondo formas de articulação e de cooperação, entre as quais se integram os contratos interadministrativos;

Considerando que os contratos interadministrativos se enquadram no conjunto das relações jurídicas interadministrativas, estabelecidas à luz dos princípios da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos, da boa administração, da cooperação, da colaboração e da coordenação;

Considerando que existe uma enorme heterogeneidade deste tipo de contratos, atenta a escassa regulação jurídica dos mesmos, cujo regime se pauta pelo informalismo e pela flexibilidade;

Considerando que os contratos interadministrativos têm uma vocação natural para substituir ou complementar as figuras da tutela, da superintendência e da hierarquia, que são insuficientes para abarcar a complexidade e a diversidade das relações interadministrativas no quadro da Administração Pública contemporânea;



Considerando que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, designadamente no domínio da ação social (cf. n.ºs 1 e 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);

Considerando que “a rede social criada na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, impulsionou um trabalho de parceria alargada incidindo na planificação estratégica da intervenção social local, abarcando actores sociais de naturezas e áreas de intervenção, visando contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social ao nível local” (excerto do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho);

Considerando que, atento o aumento da esperança média de vida, importa, ainda, delinear estratégias conducentes à melhoria das condições de vida das pessoas idosas, ou portadoras de deficiência, física ou mental, nomeadamente através da definição de projetos a nível local;

Considerando que o Município de Pombal se encontra firmemente empenhado em criar um modelo de organização e de trabalho em parceria, capaz de conferir maior eficácia e eficiência nas respostas sociais aos cidadãos do concelho, bem como à implementação de todos os programas gizados no âmbito da ação social, de que são exemplo o Programa AMPARHA, a Teleassistência, o Programa Rede Social, o Programa EPIS, o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, o Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, o Programa de Expansão da Educação Pré-Escolar — Atividades de Animação e de Apoio à Família, entre outros;

Considerando que as freguesias e uniões de freguesias se apresentam como atores privilegiados neste contexto, designadamente em razão da proximidade que detêm com as respetivas populações;

Considerando que cabe às câmaras municipais, nos termos do preceituado na *alínea l)* do n.º 1 artigo 33º do citado diploma legal, discutir e preparar com as Juntas de Freguesia/União das Freguesias os contratos de delegações de competências;

Considerando ainda que se concluiu que a solução mais adequada, eficiente e eficaz é a de que as competências discriminadas no presente instrumento venham a ser exercidas pela Junta da União das Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca, sendo que o escopo subjacente à delegação é, nos termos da lei, o aumento da eficiência da gestão dos recursos,



bem como os ganhos de eficácia, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização de recursos disponíveis (*cf. n.º 3 do artigo 115.º do citado diploma legal*),

Entre:

A *CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL*, na qualidade de órgão executivo do Município de Pombal, Pessoa Coletiva de Direito Público número 506 334 562, com sede no Largo do Cardal, 3100-440 Pombal, com o endereço eletrónico *geral@cm-pombal.pt*, ora representada pelo Senhor Presidente, Dr. Diogo Alves Mateus, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *c)* do *n.º 1* e na *alínea f)* do *n.º 2* do *artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, de ora em diante designada apenas por Primeira Outorgante, e

A *UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GUIA, ILHA E MATA MOURISCA*, Pessoa Coletiva de Direito Público número 510 837 280, com sede no Largo da Igreja, 3105-194 Mata Mourisca, endereço eletrónico *junta.guia@yahoo.com*, neste ato representada pelo Senhor Presidente Manuel José Carreira Serra, no uso das competências previstas nas *alíneas a)* e *g)* do *n.º 1* do *artigo 18.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, de ora em diante designada apenas por Segunda Outorgante

— é celebrado o presente contrato interadministrativo, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

## **TÍTULO I**

### **DO OBJETO DO CONTRATO**

#### ***CAPÍTULO I***

##### ***Objeto***

##### **Cláusula 1.ª**

###### ***Objeto***

O presente contrato tem por objeto a concretização dos termos em que se deverá processar a delegação de competências da Câmara Municipal na Junta da União das Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca, no que se refere à dinamização da intervenção social junto da população que integra a respetiva circunscrição territorial, designadamente no



âmbito dos Programas de Ação Social promovidos pelo Município de Pombal, ou naqueles em que o mesmo se haja constituído parceiro.

## ***CAPÍTULO II***

### ***Da concretização da delegação de competências***

#### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

##### ***Intervenção social***

O exercício das competências delegadas consubstanciar-se-á na:

- a). Garantia de gestão das ações sociais do Município, assim como no planeamento e execução das políticas municipais definidas nesse âmbito;
- b). Promoção, em articulação com a rede social, da elaboração, atualização e divulgação do Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social do concelho;
- c). Prestação de apoio à criação de estruturas sociais;
- d). Participação na planificação estratégica da intervenção social local;
- e). Cooperação no planeamento integrado e sistemático do desenvolvimento social, potenciando sinergias, competências e recursos a nível local;
- f). Dinamização da Comissão Social de Freguesia;
- g). Sinalização das situações de pobreza e exclusão social, definindo propostas de atuação;
- h). Promoção de mecanismos de rentabilização dos recursos existentes;
- i). Desenvolvimento de ações de informação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência coletiva dos problemas sociais;
- j). Fomento da adesão de novos membros para a Comissão Social de Freguesia.

## **TÍTULO II**

### **DOS RECURSOS**

#### ***CAPÍTULO I***

##### ***Recursos Materiais***



**Cláusula 3.<sup>a</sup>**

***Recursos Materiais***

Os recursos materiais para a concretização da presente delegação de competências corresponderão àqueles de que a Segunda Outorgante já dispõe.

***CAPÍTULO II***

***Recursos Financeiros***

**Cláusula 4.<sup>a</sup>**

***Recursos Financeiros***

1. Os recursos financeiros a atribuir pela Primeira Outorgante, destinados ao cumprimento do contrato por parte da Segunda Outorgante, traduzir-se-ão no pagamento de quantia equivalente a 80% dos encargos (remuneração e demais contribuições devidas) a suportar com a contratação de um trabalhador, com a categoria de técnico superior, na posição remuneratória 02, no nível remuneratório 015, que ascendem ao valor mensal de € 1.467,26 (mil quatrocentos e sessenta e sete euros e vinte e seis cêntimos), perfazendo o montante global anual de € 17.607,12 (dezassete mil seiscentos e sete euros e doze cêntimos).
2. O pagamento das quantias a que se reporta o número anterior ficará sujeito à comprovada contratação do recurso humano, nos termos definidos na cláusula seguinte.
3. A importância a que se refere o *número 1* será transferida para a Segunda Outorgante em tranches trimestrais, a ter lugar nos meses de janeiro, abril, julho e outubro.
4. Os recursos financeiros a que se alude na presente cláusula encontram-se previstos no Plano de Atividades Municipais, no objetivo 4.2.5., projeto de ação 03, com a classificação económica 02/04050102.

***CAPÍTULO III***

***Recursos Humanos***

**Cláusula 5.<sup>a</sup>**





*Recursos Humanos*

O recrutamento de recursos humanos, com formação académica na área do serviço social ou afim, para a concretização da delegação de competências operada no presente instrumento, ficará a cargo da Segunda Outorgante, que poderá optar pela modalidade de contratação que se venha a revelar mais adequada ao fim a prosseguir.

**TÍTULO III**  
**DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

***CAPÍTULO I***

***Direitos e Obrigações da Primeira Outorgante***

**Cláusula 6.<sup>a</sup>**

***Direitos da Primeira Outorgante***

Constituem direitos da Primeira Outorgante:

- a). Apreciar a adequação dos serviços prestados pela Segunda Outorgante;
- b). Solicitar à Segunda Outorgante informações que entenda por conveniente, nos termos da *Cláusula 12.<sup>a</sup>*;
- c). Apresentar à Segunda Outorgante sugestões e propostas, no âmbito das reuniões previstas no *número 1 da Cláusula 10.<sup>a</sup>*.

**Cláusula 7.<sup>a</sup>**

***Obrigações da Primeira Outorgante***

No âmbito do presente contrato, a Primeira Outorgante obriga-se a:

- a) Verificar o cumprimento do contrato nos termos da *Cláusula 12.<sup>a</sup>*;
- b). Efetuar o acompanhamento local da prestação de serviços;
- c). Transferir para a Segunda Outorgante os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas, conforme definido no *número 3 da Cláusula 4.<sup>o</sup>*.

***CAPÍTULO II***

***Direitos e Obrigações da Segunda Outorgante***



### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

#### ***Direitos da Segunda Outorgante***

Constituem direitos da Segunda Outorgante:

- a). Solicitar à Primeira Outorgante o apoio que se afigure necessário ao cumprimento das competências que lhe são afetas por força do presente contrato;
- b). Receber atempadamente a transferência das verbas apuradas nos termos da *Cláusula 4.<sup>a</sup>*, com a periodicidade aí definida.

### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

#### ***Obrigações da Segunda Outorgante***

No âmbito do presente contrato, a Segunda Outorgante fica obrigada a:

- a). Exercer as competências delegadas de forma eficiente e eficaz, na estrita observância de critérios de equilíbrio e economia de recursos;
- b). Prestar as informações que a Primeira Outorgante solicite, nomeadamente no que respeite aos atos praticados no exercício das competências delegadas;
- c). Dar conhecimento, no prazo de 15 (quinze) dias, à Primeira Outorgante de toda e qualquer situação de que tenha conhecimento e que possa vir a prejudicar, impedir, tornar mais oneroso ou difícil o exercício das competências delegadas;
- d). Remeter à Primeira Outorgante documento comprovativo da contratação dos recursos humanos, independentemente da modalidade adotada, para efeitos do cumprimento do disposto na *Cláusula 5.<sup>a</sup>*.

## **TÍTULO IV**

### **DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO**

#### ***CAPÍTULO I***

##### ***Acompanhamento da execução***

### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

#### ***Acompanhamento da Execução***



1. No sentido de garantir uma melhor articulação entre as autarquias poderá, sempre que tal se afigure necessário, haver lugar à realização de reuniões entre representantes das partes outorgantes.

2. O interlocutor designado pela Primeira Outorgante para acompanhamento da execução do presente contrato será o Vereador com o Pelouro ao qual esteja afeta a função da Ação Social, sem prejuízo da possibilidade de indicação de pessoa diversa por parte daquela.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### ***Casos urgentes***

A Segunda Outorgante deve comunicar à Primeira Outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e/ou por escrito, a ocorrência de qualquer facto que, de forma imprevisível, afete ou possa afetar de forma significativa o exercício das competências delegadas.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### ***Verificação do cumprimento do objeto do contrato***

A Primeira Outorgante pode verificar o cumprimento do contrato, bem como exigir que lhe sejam facultadas informações e/ou documentos que considere necessários.

### **TÍTULO V**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### ***CAPÍTULO I***

##### ***Vigência, modificação e cessação do contrato***

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

##### ***Vigência***

O período de vigência do contrato coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal de Pombal, salvo casos excepcionais, devidamente fundamentados, e sem prejuízo do disposto no *número 2 da Cláusula 16.<sup>a</sup>*

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**



***Modificação***

1. O presente contrato pode ser modificado, por acordo entre as partes, sempre que se verifique que as circunstâncias em que as mesmas fundaram os termos em que operaria a delegação de competências tenham sofrido uma alteração anormal e imprevisível, e desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público, e da necessidade e suficiência dos recursos.

2. A modificação do contrato revestirá a forma escrita.

**Cláusula 15.<sup>a</sup>**

***Revogação***

1. As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2. A revogação do contrato revestirá a forma escrita.

**Cláusula 16.<sup>a</sup>**

***Cessação***

1. O contrato caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, de acordo com o disposto na *Cláusula 13.<sup>a</sup>*, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes.

2. O contrato renovar-se-á após a instalação da Assembleia Municipal de Pombal, não determinando a mudança dos titulares dos órgãos do Município de Pombal e da União das Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca, a sua caducidade, salvo se aquele órgão deliberativo autorizar a denúncia deste contrato, no prazo de 6 (seis) meses após a sua instalação.

3. O presente contrato pode ainda cessar por resolução quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a uma das Outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

4. Quando a resolução do contrato tenha por fundamento a *alínea b)* do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar que da mesma resultam preenchidos os requisitos previstos nas *alíneas a) a e)* do n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



5. A cessação do contrato não poderá, em caso algum, colocar em causa a continuidade do serviço público, cabendo à Primeira Outorgante o exercício das competências para as quais o contrato tenha deixado de vigorar.

## ***CAPÍTULO II***

### ***Comunicações, prazos e foro competente***

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### ***Forma das comunicações e notificações***

1. As comunicações e as notificações entre as partes outorgantes serão efetuadas por escrito e remetidas via correio eletrónico, com recibo de entrega e leitura, para o respetivo endereço, identificado no presente instrumento, sem prejuízo da possibilidade de serem acordadas outras regras.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente contrato deverá ser comunicada, por escrito, à outra parte.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### ***Contagem dos prazos***

Os prazos previstos neste contrato são contínuos.

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

##### ***Foro competente***

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

## ***CAPÍTULO III***

### ***Forma, Direito aplicável e entrada em vigor***

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

##### ***Forma do contrato***



O presente contrato de delegação de competências é celebrado por escrito, sendo composto pelo respetivo clausulado.

**Cláusula 21.<sup>a</sup>**

***Direito aplicável***

1. Na execução do contrato ora firmado deverão ser observados:

- a) Todo o clausulado;
- b) A *Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e o Anexo I da mesma, e*
- c) O *Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho.*

2. Subsidiariamente, e por força da lei, observar-se-ão, ainda as disposições constantes do *Código do Procedimento Administrativo.*

**Cláusula 22.<sup>a</sup>**

***Entrada em vigor***

O presente contrato interadministrativo entra em vigor após a sua aprovação pela Assembleia de Freguesia e pela Assembleia Municipal.

Pombal, ... de abril de 2017

Pela Primeira Outorgante,

*(Diogo Alves Mateus, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Pombal)*

Pela Segunda Outorgante,

*(Manuel José Carreira Serra, na qualidade de Presidente da Junta da União das Freguesias de Guia, Ilba e Mata Mourisca)*



***MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO***

Considerando que a *Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, veio introduzir um novo regime normativo de enquadramento da delegação de competências, através da sua contractualização, possibilitando que os órgãos dos municípios deleguem competências nos órgãos das freguesias, em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

Considerando que deste novo regime ganha especial destaque a figura do contrato interadministrativo prevista no *artigo 120.º do Anexo I da referida Lei*, a que deve obedecer a delegação de competências, sob pena de nulidade;

Considerando que da conjugação das disposições constantes no *n.º 2 do artigo 117º e no artigo 131º*, ambos do *Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, os municípios, através dos seus órgãos, para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e apoio direto as comunidades locais, podem delegar competências nos órgãos daquelas;

Considerando que a multiplicação de domínios de decisão na Administração Local se traduzem num pluralismo de interesses e de legitimidades, pressupondo formas de articulação e de cooperação, entre as quais se integram os contratos interadministrativos;

Considerando que os contratos interadministrativos se enquadram no conjunto das relações jurídicas interadministrativas, estabelecidas à luz dos princípios da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos, da boa administração, da cooperação, da colaboração e da coordenação;

Considerando que existe uma enorme heterogeneidade deste tipo de contratos, atenta a escassa regulação jurídica dos mesmos, cujo regime se pauta pelo informalismo e pela flexibilidade;

Considerando que os contratos interadministrativos têm uma vocação natural para substituir ou complementar as figuras da tutela, da superintendência e da hierarquia, que são insuficientes para abarcar a complexidade e a diversidade das relações interadministrativas no quadro da Administração Pública contemporânea;



Considerando que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, designadamente no domínio da ação social (cf. n.ºs 1 e 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);

Considerando que *“a rede social criada na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, impulsionou um trabalho de parceria alargada incidindo na planificação estratégica da intervenção social local, abarcando actores sociais de naturezas e áreas de intervenção, visando contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social ao nível local”* (excerto do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho);

Considerando que, atento o aumento da esperança média de vida, importa, ainda, delinear estratégias conducentes à melhoria das condições de vida das pessoas idosas, ou portadoras de deficiência, física ou mental, nomeadamente através da definição de projetos a nível local;

Considerando que o Município de Pombal se encontra firmemente empenhado em criar um modelo de organização e de trabalho em parceria, capaz de conferir maior eficácia e eficiência nas respostas sociais aos cidadãos do concelho, bem como à implementação de todos os programas gizados no âmbito da ação social, de que são exemplo o Programa AMPARHA, a Teleassistência, o Programa Rede Social, o Programa EPIS, o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, o Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, o Programa de Expansão da Educação Pré-Escolar — Atividades de Animação e de Apoio à Família, entre outros;

Considerando que as freguesias e uniões de freguesias se apresentam como atores privilegiados neste contexto, designadamente em razão da proximidade que detêm com as respetivas populações;

Considerando que cabe às câmaras municipais, nos termos do preceituado na *alínea l) do n.º 1 artigo 33º* do citado diploma legal, discutir e preparar com as Juntas de Freguesia/União das Freguesias os contratos de delegações de competências;

Considerando ainda que se concluiu que a solução mais adequada, eficiente e eficaz é a de que as competências discriminadas no presente instrumento venham a ser exercidas pela Junta da União das Freguesias de Santiago, São Simão de Litém e Albergaria dos Doze, sendo que o escopo subjacente à delegação é, nos termos da lei, o aumento da efi-





ciência da gestão dos recursos, bem como os ganhos de eficácia, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização de recursos disponíveis (*cf. n.º 3 do artigo 115.º do citado diploma legal*),

Entre:

A *CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL*, na qualidade de órgão executivo do Município de Pombal, Pessoa Coletiva de Direito Público número 506 334 562, com sede no Largo do Cardal, 3100-440 Pombal, com o endereço eletrónico *geral@cm-pombal.pt*, ora representada pelo Senhor Presidente, Dr. Diogo Alves Mateus, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *c)* do *n.º 1* e na *alínea f)* do *n.º 2* do *artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, de ora em diante designada apenas por Primeira Outorgante, e

A *UNLÃO DAS FREGUESIAS DE SANTIAGO E SÃO SIMÃO DE LITÉM E ALBERGARIA DOS DOZE*, Pessoa Coletiva de Direito Público número 510 839 649, com sede na Rua da Escola, 3100-081 Albergaria dos Doze, endereço eletrónico *uf.santiago.sslitem.albergaria@gmail.com*, neste ato representada pelo Senhor Presidente Manuel Henriques Nogueira Matos, no uso das competências previstas nas *alíneas a)* e *g)* do *n.º 1* do *artigo 18.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, de ora em diante designada apenas por Segunda Outorgante

— é celebrado o presente contrato interadministrativo, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

## **TÍTULO I**

### **DO OBJETO DO CONTRATO**

#### ***CAPÍTULO I***

##### ***Objeto***

##### **Cláusula 1.ª**

###### ***Objeto***

O presente contrato tem por objeto a concretização dos termos em que se deverá processar a delegação de competências da Câmara Municipal na Junta da União das Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze, no que se refere à dina-



mização da intervenção social junto da população que integra a respetiva circunscção territorial, designadamente no âmbito dos Programas de Ação Social promovidos pelo Município de Pombal, ou naqueles em que o mesmo se haja constituído parceiro.

## ***CAPÍTULO II***

### ***Da concretização da delegação de competências***

#### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

##### ***Intervenção social***

O exercício das competências delegadas consubstanciar-se-á na:

- a). Garantia de gestão das ações sociais do Município, assim como no planeamento e execução das políticas municipais definidas nesse âmbito;
- b). Promoção, em articulação com a rede social, da elaboração, atualização e divulgação do Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social do concelho;
- c). Prestação de apoio à criação de estruturas sociais;
- d). Participação na planificação estratégica da intervenção social local;
- e). Cooperação no planeamento integrado e sistemático do desenvolvimento social, potenciando sinergias, competências e recursos a nível local;
- f). Dinamização da Comissão Social de Freguesia;
- g). Sinalização das situações de pobreza e exclusão social, definindo propostas de atuação;
- h). Promoção de mecanismos de rentabilização dos recursos existentes;
- i). Desenvolvimento de ações de informação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência coletiva dos problemas sociais;
- j). Fomento da adesão de novos membros para a Comissão Social de Freguesia.

## **TÍTULO II**

### **DOS RECURSOS**

#### ***CAPÍTULO I***



***Recursos Materiais***

**Cláusula 3.<sup>a</sup>**

***Recursos Materiais***

Os recursos materiais para a concretização da presente delegação de competências corresponderão àqueles de que a Segunda Outorgante já dispõe.

***CAPÍTULO II***

***Recursos Financeiros***

**Cláusula 4.<sup>a</sup>**

***Recursos Financeiros***

1. Os recursos financeiros a atribuir pela Primeira Outorgante, destinados ao cumprimento do contrato por parte da Segunda Outorgante, traduzir-se-ão no pagamento de quantia equivalente a 80% dos encargos (remuneração e demais contribuições devidas) a suportar com a contratação de um trabalhador, com a categoria de técnico superior, na posição remuneratória 02, no nível remuneratório 015, que ascendem ao valor mensal de € 1.467,26 (mil quatrocentos e sessenta e sete euros e vinte e seis cêntimos), perfazendo o montante global anual de € 17.607,12 (dezassete mil seiscientos e sete euros e doze cêntimos).

2. O pagamento das quantias a que se reporta o número anterior ficará sujeito à comprovada contratação do recurso humano, nos termos definidos na cláusula seguinte.

3. A importância a que se refere o *número 1* será transferida para a Segunda Outorgante em tranches trimestrais, a ter lugar nos meses de janeiro, abril, julho e outubro.

4. Os recursos financeiros a que se alude na presente cláusula encontram-se previstos no Plano de Atividades Municipais, no objetivo 4.2.5., projeto de ação 03, com a classificação económica 02/04050102.

***CAPÍTULO III***

***Recursos Humanos***



**Cláusula 5.<sup>a</sup>**

***Recursos Humanos***

O recrutamento de recursos humanos, com formação académica na área do serviço social ou afim, para a concretização da delegação de competências operada no presente instrumento, ficará a cargo da Segunda Outorgante, que poderá optar pela modalidade de contratação que se venha a revelar mais adequada ao fim a prosseguir.

**TÍTULO III**

**DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

***CAPÍTULO I***

***Direitos e Obrigações da Primeira Outorgante***

**Cláusula 6.<sup>a</sup>**

***Direitos da Primeira Outorgante***

Constituem direitos da Primeira Outorgante:

- a). Apreciar a adequação dos serviços prestados pela Segunda Outorgante;
- b). Solicitar à Segunda Outorgante informações que entenda por conveniente, nos termos da *Cláusula 12<sup>a</sup>*;
- c). Apresentar à Segunda Outorgante sugestões e propostas, no âmbito das reuniões previstas no *número 1 da Cláusula 10<sup>a</sup>*.

**Cláusula 7.<sup>a</sup>**

***Obrigações da Primeira Outorgante***

No âmbito do presente contrato, a Primeira Outorgante obriga-se a:

- a) Verificar o cumprimento do contrato nos termos da *Cláusula 12<sup>a</sup>*;
- b). Efetuar o acompanhamento local da prestação de serviços;
- c). Transferir para a Segunda Outorgante os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas, conforme definido no *número 3 da Cláusula 4<sup>o</sup>*.

***CAPÍTULO II***



*Direitos e Obrigações da Segunda Outorgante*

**Cláusula 8.<sup>a</sup>**

*Direitos da Segunda Outorgante*

Constituem direitos da Segunda Outorgante:

- a). Solicitar à Primeira Outorgante o apoio que se afigure necessário ao cumprimento das competências que lhe são afetas por força do presente contrato;
- b). Receber atempadamente a transferência das verbas apuradas nos termos da *Cláusula 4.<sup>a</sup>*, com a periodicidade aí definida.

**Cláusula 9.<sup>a</sup>**

*Obrigações da Segunda Outorgante*

No âmbito do presente contrato, a Segunda Outorgante fica obrigada a:

- a). Exercer as competências delegadas de forma eficiente e eficaz, na estrita observância de critérios de equilíbrio e economia de recursos;
- b). Prestar as informações que a Primeira Outorgante solicite, nomeadamente no que respeite aos atos praticados no exercício das competências delegadas;
- c). Dar conhecimento, no prazo de 15 (quinze) dias, à Primeira Outorgante de toda e qualquer situação de que tenha conhecimento e que possa vir a prejudicar, impedir, tornar mais oneroso ou difícil o exercício das competências delegadas;
- d). Remeter à Primeira Outorgante documento comprovativo da contratação dos recursos humanos, independentemente da modalidade adotada, para efeitos do cumprimento do disposto na *Cláusula 5.<sup>a</sup>*.

**TÍTULO IV**

**DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO**

***CAPÍTULO I***

***Acompanhamento da execução***

**Cláusula 10.<sup>a</sup>**



*Acompanhamento da Execução*

1. No sentido de garantir uma melhor articulação entre as autarquias poderá, sempre que tal se afigure necessário, haver lugar à realização de reuniões entre representantes das partes outorgantes.

2. O interlocutor designado pela Primeira Outorgante para acompanhamento da execução do presente contrato será o Vereador com o Pelouro ao qual esteja afeta a função da Ação Social, sem prejuízo da possibilidade de indicação de pessoa diversa por parte daquela.

**Cláusula 11.<sup>a</sup>**

*Casos urgentes*

A Segunda Outorgante deve comunicar à Primeira Outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e/ou por escrito, a ocorrência de qualquer facto que, de forma imprevisível, afete ou possa afetar de forma significativa o exercício das competências delegadas.

**Cláusula 12.<sup>a</sup>**

*Verificação do cumprimento do objeto do contrato*

A Primeira Outorgante pode verificar o cumprimento do contrato, bem como exigir que lhe sejam facultadas informações e/ou documentos que considere necessários.

**TÍTULO V**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

***CAPÍTULO I***

***Vigência, modificação e cessação do contrato***

**Cláusula 13.<sup>a</sup>**

*Vigência*

O período de vigência do contrato coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal de Pombal, salvo casos excepcionais, devidamente fundamentados, e sem prejuízo do disposto no *número 2 da Cláusula 16.<sup>a</sup>*



**Cláusula 14.<sup>a</sup>**

***Modificação***

1. O presente contrato pode ser modificado, por acordo entre as partes, sempre que se verifique que as circunstâncias em que as mesmas fundaram os termos em que operaria a delegação de competências tenham sofrido uma alteração anormal e imprevisível, e desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público, e da necessidade e suficiência dos recursos.

2. A modificação do contrato revestirá a forma escrita.

**Cláusula 15.<sup>a</sup>**

***Revogação***

1. As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2. A revogação do contrato revestirá a forma escrita.

**Cláusula 16.<sup>a</sup>**

***Cessação***

1. O contrato caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, de acordo com o disposto na *Cláusula 13.<sup>a</sup>*, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes.

2. O contrato renovar-se-á após a instalação da Assembleia Municipal de Pombal, não determinando a mudança dos titulares dos órgãos do Município de Pombal e da União das Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze, a sua caducidade, salvo se aquele órgão deliberativo autorizar a denúncia deste contrato, no prazo de 6 (seis) meses após a sua instalação.

3. O presente contrato pode ainda cessar por resolução quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a uma das Outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

4. Quando a resolução do contrato tenha por fundamento a *alínea b)* do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar que da mesma resultam preenchidos os requisitos previstos nas *alíneas a) a e)* do n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



5. A cessação do contrato não poderá, em caso algum, colocar em causa a continuidade do serviço público, cabendo à Primeira Outorgante o exercício das competências para as quais o contrato tenha deixado de vigorar.

## ***CAPÍTULO II***

### ***Comunicações, prazos e foro competente***

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### ***Forma das comunicações e notificações***

1. As comunicações e as notificações entre as partes outorgantes serão efetuadas por escrito e remetidas via correio eletrónico, com recibo de entrega e leitura, para o respetivo endereço, identificado no presente instrumento, sem prejuízo da possibilidade de serem acordadas outras regras.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente contrato deverá ser comunicada, por escrito, à outra parte.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### ***Contagem dos prazos***

Os prazos previstos neste contrato são contínuos.

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

##### ***Foro competente***

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

## ***CAPÍTULO III***

### ***Forma, Direito aplicável e entrada em vigor***

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

##### ***Forma do contrato***





O presente contrato de delegação de competências é celebrado por escrito, sendo composto pelo respetivo clausulado.

**Cláusula 21.<sup>a</sup>**

***Direito aplicável***

1. Na execução do contrato ora firmado deverão ser observados:

- a) Todo o clausulado;
- b) A *Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e o Anexo I da mesma, e*
- c) O *Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho.*

2. Subsidiariamente, e por força da lei, observar-se-ão, ainda as disposições constantes do *Código do Procedimento Administrativo.*

**Cláusula 22.<sup>a</sup>**

***Entrada em vigor***

O presente contrato interadministrativo entra em vigor após a sua aprovação pela Assembleia de Freguesia e pela Assembleia Municipal.

Pombal, ... de abril de 2017

Pela Primeira Outorgante,

*(Diogo Alves Mateus, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Pombal)*

Pela Segunda Outorgante,

*(Manuel Henriques Nogueira Matos, na qualidade de Presidente da Junta da União das Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze)*



***MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO***

Considerando que a *Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, veio introduzir um novo regime normativo de enquadramento da delegação de competências, através da sua contractualização, possibilitando que os órgãos dos municípios deleguem competências nos órgãos das freguesias, em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

Considerando que deste novo regime ganha especial destaque a figura do contrato interadministrativo prevista no *artigo 120.º do Anexo I da referida Lei*, a que deve obedecer a delegação de competências, sob pena de nulidade;

Considerando que da conjugação das disposições constantes no *n.º 2 do artigo 117º e no artigo 131º*, ambos do *Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, os municípios, através dos seus órgãos, para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e apoio direto as comunidades locais, podem delegar competências nos órgãos daquelas;

Considerando que a multiplicação de domínios de decisão na Administração Local se traduzem num pluralismo de interesses e de legitimidades, pressupondo formas de articulação e de cooperação, entre as quais se integram os contratos interadministrativos;

Considerando que os contratos interadministrativos se enquadram no conjunto das relações jurídicas interadministrativas, estabelecidas à luz dos princípios da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos, da boa administração, da cooperação, da colaboração e da coordenação;

Considerando que existe uma enorme heterogeneidade deste tipo de contratos, atenta a escassa regulação jurídica dos mesmos, cujo regime se pauta pelo informalismo e pela flexibilidade;

Considerando que os contratos interadministrativos têm uma vocação natural para substituir ou complementar as figuras da tutela, da superintendência e da hierarquia, que são insuficientes para abarcar a complexidade e a diversidade das relações interadministrativas no quadro da Administração Pública contemporânea;



Considerando que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, designadamente no domínio da ação social (cf. n.ºs 1 e 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);

Considerando que “a rede social criada na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, impulsionou um trabalho de parceria alargada incidindo na planificação estratégica da intervenção social local, abarcando actores sociais de naturezas e áreas de intervenção, visando contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social ao nível local” (excerto do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho);

Considerando que, atento o aumento da esperança média de vida, importa, ainda, delinear estratégias conducentes à melhoria das condições de vida das pessoas idosas, ou portadoras de deficiência, física ou mental, nomeadamente através da definição de projetos a nível local;

Considerando que o Município de Pombal se encontra firmemente empenhado em criar um modelo de organização e de trabalho em parceria, capaz de conferir maior eficácia e eficiência nas respostas sociais aos cidadãos do concelho, bem como à implementação de todos os programas gizados no âmbito da ação social, de que são exemplo o Programa AMPARHA, a Teleassistência, o Programa Rede Social, o Programa EPIS, o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, o Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, o Programa de Expansão da Educação Pré-Escolar — Atividades de Animação e de Apoio à Família, entre outros;

Considerando que as freguesias e uniões de freguesias se apresentam como atores privilegiados neste contexto, designadamente em razão da proximidade que detêm com as respetivas populações;

Considerando que cabe às câmaras municipais, nos termos do preceituado na *alínea l)* do n.º 1 artigo 33º do citado diploma legal, discutir e preparar com as Juntas de Freguesia/União das Freguesias os contratos de delegações de competências;

Considerando ainda que se concluiu que a solução mais adequada, eficiente e eficaz é a de que as competências discriminadas no presente instrumento venham a ser exercidas, de forma concertada, pelas Juntas das Freguesias de Abiúl e Vila Cã, sendo que o escopo subjacente à delegação é, nos termos da lei, o aumento da eficiência da gestão dos recursos,



bem como os ganhos de eficácia, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização de recursos disponíveis (*cf. n.º 3 do artigo 115.º do citado diploma legal*),

Entre:

A *CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL*, na qualidade de órgão executivo do Município de Pombal, Pessoa Coletiva de Direito Público número 506 334 562, com sede no Largo do Cardal, 3100-440 Pombal, com o endereço eletrónico *geral@cm-pombal.pt*, ora representada pelo Senhor Presidente, Dr. Diogo Alves Mateus, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *c)* do *n.º 1* e na *alínea f)* do *n.º 2* do *artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro* de ora em diante designada apenas por Primeira Outorgante,

A *JUNTA DE FREGUESIA DE ABIÚL*, Pessoa Coletiva de Direito Público número 507 531 302, com sede na Rua dos Mouros, 3100-012 Abiúl, endereço eletrónico *freguesia.abiul@mail.telepac.pt*, neste ato representada pela Senhora Presidente Sandra Cristina Costa Barros, no uso das competências previstas nas *alíneas a)* e *g)* do *n.º 1* do *artigo 18.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, de ora em diante designada apenas por Segunda Outorgante, e

A *JUNTA DE FREGUESIA DE VILA CÃ*, Pessoa Coletiva de Direito Público número 507 031 377, com sede no Largo do Freixo, n.º 6, 3100-835 Vila Cã, endereço eletrónico *presidente@vilaca.pt*, neste ato representada pela Senhora Presidente Ana Isabel Cardoso Tenente Gonçalves, no uso das competências previstas nas *alíneas a)* e *g)* do *n.º 1* do *artigo 18.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, de ora em diante designada apenas por Terceira Outorgante

— é celebrado o presente contrato interadministrativo, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

## TÍTULO I DO OBJETO DO CONTRATO

### *CAPÍTULO I*

#### *Objeto*



**Cláusula 1.<sup>a</sup>**

***Objeto***

O presente contrato tem por objeto a concretização dos termos em que se deverá processar a delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas das Freguesias de Abiúl e Vila Cã, no que se refere à dinamização da intervenção social junto da população que integra as respetivas circunscrições territoriais, designadamente no âmbito dos Programas de Ação Social promovidos pelo Município de Pombal, ou naqueles em que o mesmo se haja constituído parceiro.

***CAPÍTULO II***

***Da concretização da delegação de competências***

**Cláusula 2.<sup>a</sup>**

***Intervenção Social***

O exercício das competências delegadas consubstanciar-se-á na:

- a). Garantia de gestão das ações sociais do Município, assim como no planeamento e execução das políticas municipais definidas nesse âmbito;
- b). Promoção, em articulação com a rede social, da elaboração, atualização e divulgação do Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social do concelho;
- c). Prestação de apoio à criação de estruturas sociais;
- d). Participação na planificação estratégica da intervenção social local;
- e). Cooperação no planeamento integrado e sistemático do desenvolvimento social, potenciando sinergias, competências e recursos a nível local;
- f). Dinamização da Comissão Social Interfreguesias;
- g). Sinalização das situações de pobreza e exclusão social, definindo propostas de atuação;
- h). Promoção de mecanismos de rentabilização dos recursos existentes;
- i). Desenvolvimento de ações de informação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência coletiva dos problemas sociais;
- j). Fomento da adesão de novos membros para a Comissão Social Interfreguesias.

**TÍTULO II**



## DOS RECURSOS

### *CAPÍTULO I*

#### *Recursos Materiais*

##### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

###### *Recursos Materiais*

Os recursos materiais para a concretização da presente delegação de competências corresponderão àqueles de que a Segunda e a Terceira Outorgantes já dispõem.

### *CAPÍTULO II*

#### *Recursos Financeiros*

##### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

###### *Recursos Financeiros*

1. Os recursos financeiros a atribuir pela Primeira Outorgante, destinados ao cumprimento do contrato por parte da Segunda Outorgante, traduzir-se-ão no pagamento de quantia equivalente a 80% dos encargos (remuneração e demais contribuições devidas) a suportar com a contratação de um trabalhador, com a categoria de técnico superior, na posição remuneratória 02, no nível remuneratório 015, que ascendem ao valor mensal de € 1.467,26 (mil quatrocentos e sessenta e sete euros e vinte e seis cêntimos), perfazendo o montante global anual de € 17.607,12 (dezassete mil seiscientos e sete euros e doze cêntimos).

2. O pagamento das quantias a que se reporta o número anterior ficará sujeito à comprovada contratação do recurso humano, nos termos definidos na cláusula seguinte.

3. A importância a que se refere o *número 1* será transferida para as Segunda e Terceira Outorgantes em tranches trimestrais, a ter lugar nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, na proporção de 50% para cada uma.

4. Os recursos financeiros a que se alude na presente cláusula encontram-se previstos no Plano de Atividades Municipais, no objetivo 4.2.5., projeto de ação 03, com a classificação económica 02/04050102.



### ***CAPÍTULO III***

#### ***Recursos Humanos***

##### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

###### ***Recursos Humanos***

O recrutamento de recursos humanos, com formação académica na área do serviço social ou afim, para a concretização da delegação de competências operada no presente instrumento, ficará a cargo das Segunda e Terceira Outorgantes, que poderão optar pela modalidade de contratação que se venha a revelar mais adequada ao fim a prosseguir.

### **TÍTULO III**

#### **DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

##### ***CAPÍTULO I***

###### ***Direitos e Obrigações da Primeira Outorgante***

##### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

###### ***Direitos da Primeira Outorgante***

Constituem direitos da Primeira Outorgante:

- a). Apreciar a adequação dos serviços prestados pelas Segunda e Terceira Outorgantes;
- b). Solicitar às Segunda e Terceira Outorgantes informações que entenda por conveniente, nos termos da *Cláusula 12<sup>a</sup>*;
- c). Apresentar às Segunda e Terceira Outorgantes sugestões e propostas, no âmbito das reuniões previstas no *número 1 da Cláusula 10<sup>a</sup>*.

##### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

###### ***Obrigações da Primeira Outorgante***

No âmbito do presente contrato, a Primeira Outorgante obriga-se a:

- a) Verificar o cumprimento do contrato nos termos da *Cláusula 12<sup>a</sup>*;
- b). Efetuar o acompanhamento local da prestação de serviços;



c). Transferir para as Segunda e Terceira Outorgantes os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas, conforme definido no número 3 da *Cláusula 4ª*.

## ***CAPÍTULO II***

### ***Direitos e Obrigações das Segunda e Terceira Outorgantes***

#### **Cláusula 8.ª**

##### ***Direitos das Segunda e Terceira Outorgantes***

Constituem direitos das Segunda e Terceira Outorgantes:

- a). Solicitar à Primeira Outorgante o apoio que se afigure necessário ao cumprimento das competências que lhe são afetas por força do presente contrato;
- b). Receber atempadamente a transferência das verbas apuradas nos termos da *Cláusula 4ª*, com a periodicidade aí definida.

#### **Cláusula 9.ª**

##### ***Obrigações das Segunda e Terceira Outorgantes***

No âmbito do presente contrato, as Segunda e Terceira Outorgantes ficam obrigadas a:

- a). Exercer as competências delegadas de forma eficiente e eficaz, na estrita observância de critérios de equilíbrio e economia de recursos;
- b). Prestar as informações que a Primeira Outorgante solicite, nomeadamente no que respeite aos atos praticados no exercício das competências delegadas;
- c). Dar conhecimento, no prazo de 15 (quinze) dias, à Primeira Outorgante de toda e qualquer situação de que tenham conhecimento e que possa vir a prejudicar, impedir, tornar mais oneroso ou difícil o exercício das competências delegadas;
- d). Remeter à Primeira Outorgante documento comprovativo da contratação dos recursos humanos, independentemente da modalidade adotada, para efeitos do cumprimento do disposto na *Cláusula 5ª*.

## **TÍTULO IV**





## DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

### *CAPÍTULO I*

#### *Acompanhamento da execução*

##### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

###### *Acompanhamento da Execução*

1. No sentido de garantir uma melhor articulação entre as autarquias poderá, sempre que tal se afigure necessário, haver lugar à realização de reuniões entre representantes das partes outorgantes.

2. O interlocutor designado pela Primeira Outorgante para acompanhamento da execução do presente contrato será o Vereador com o Pelouro ao qual esteja afeta a função da Ação Social, sem prejuízo da possibilidade de indicação de pessoa diversa por parte daquela.

##### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

###### *Casos urgentes*

As Segunda e Terceira Outorgantes devem comunicar à Primeira Outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e/ou por escrito, a ocorrência de qualquer facto que, de forma imprevisível, afete ou possa afetar de forma significativa o exercício das competências delegadas.

##### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

###### *Verificação do cumprimento do objeto do contrato*

A Primeira Outorgante pode verificar o cumprimento do contrato, bem como exigir que lhe sejam facultadas informações e/ou documentos que considere necessários.

## TÍTULO V

### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### *CAPÍTULO I*



***Vigência, modificação e cessação do contrato***

**Cláusula 13.<sup>a</sup>**

***Vigência***

O período de vigência do contrato coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal de Pombal, salvo casos excepcionais, devidamente fundamentados, e sem prejuízo do disposto no *número 2 da Cláusula 16.<sup>a</sup>*

**Cláusula 14.<sup>a</sup>**

***Modificação***

1. O presente contrato pode ser modificado, por acordo entre as partes, sempre que se verifique que as circunstâncias em que as mesmas fundaram os termos em que operaria a delegação de competências tenham sofrido uma alteração anormal e imprevisível, e desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público, e da necessidade e suficiência dos recursos.

2. A modificação do contrato revestirá a forma escrita.

**Cláusula 15.<sup>a</sup>**

***Revogação***

1. As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2. A revogação do contrato revestirá a forma escrita.

**Cláusula 16.<sup>a</sup>**

***Cessação***

1. O contrato caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, de acordo com o disposto na *Cláusula 13.<sup>a</sup>*, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes.

2. O contrato renovar-se-á após a instalação da Assembleia Municipal de Pombal, não determinando a mudança dos titulares dos órgãos do Município de Pombal e das Freguesias de Abiúl e Vila Cã, a sua caducidade, salvo se aquele órgão deliberativo autorizar a denúncia deste contrato, no prazo de 6 (seis) meses após a sua instalação.



3. O presente contrato pode ainda cessar por resolução quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a uma das Outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

4. Quando a resolução do contrato tenha por fundamento a *alínea b)* do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar que da mesma resultam preenchidos os requisitos previstos nas *alíneas a) a e)* do n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

5. A cessação do contrato não poderá, em caso algum, colocar em causa a continuidade do serviço público, cabendo à Primeira Outorgante o exercício das competências para as quais o contrato tenha deixado de vigorar.

## ***CAPÍTULO II***

### ***Comunicações, prazos e foro competente***

#### **Cláusula 17.ª**

##### ***Forma das comunicações e notificações***

1. As comunicações e as notificações entre as partes outorgantes serão efetuadas por escrito e remetidas via correio eletrónico, com recibo de entrega e leitura, para o respetivo endereço, identificado no presente instrumento, sem prejuízo da possibilidade de serem acordadas outras regras.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente contrato deverá ser comunicada, por escrito, às outras partes.

#### **Cláusula 18.ª**

##### ***Contagem dos prazos***

Os prazos previstos neste contrato são contínuos.

#### **Cláusula 19.ª**

##### ***Foro competente***

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.



### ***CAPÍTULO III***

#### ***Forma, Direito aplicável e entrada em vigor***

##### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

###### ***Forma do contrato***

O presente contrato de delegação de competências é celebrado por escrito, sendo composto pelo respetivo clausulado.

##### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

###### ***Direito aplicável***

1. Na execução do contrato ora firmado deverão ser observados:

- a) Todo o clausulado;
- b) A *Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e o Anexo I da mesma, e*
- c) O *Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho.*

2. Subsidiariamente, e por força da lei, observar-se-ão, ainda as disposições constantes do *Código do Procedimento Administrativo.*

##### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

###### ***Entrada em vigor***

O presente contrato interadministrativo entra em vigor após a sua aprovação pelas respetivas Assembleias de Freguesia e pela Assembleia Municipal.

Pombal, ... de abril de 2017

Pela Primeira Outorgante,

*(Diogo Alves Matheus, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Pombal)*



Pela Segunda Outorgante,

*(Sandra Cristina Costa Barros, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Abiúl)*

Pela Terceira Outorgante,

*(Ana Isabel Cardoso Tenente Gonçalves, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cã)*



***MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO***

Considerando que a *Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, veio introduzir um novo regime normativo de enquadramento da delegação de competências, através da sua contractualização, possibilitando que os órgãos dos municípios deleguem competências nos órgãos das freguesias, em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

Considerando que deste novo regime ganha especial destaque a figura do contrato interadministrativo prevista no *artigo 120.º do Anexo I da referida Lei*, a que deve obedecer a delegação de competências, sob pena de nulidade;

Considerando que da conjugação das disposições constantes no *n.º 2 do artigo 117º e no artigo 131º*, ambos do *Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, os municípios, através dos seus órgãos, para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e apoio direto as comunidades locais, podem delegar competências nos órgãos daquelas;

Considerando que a multiplicação de domínios de decisão na Administração Local se traduzem num pluralismo de interesses e de legitimidades, pressupondo formas de articulação e de cooperação, entre as quais se integram os contratos interadministrativos;

Considerando que os contratos interadministrativos se enquadram no conjunto das relações jurídicas interadministrativas, estabelecidas à luz dos princípios da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos, da boa administração, da cooperação, da colaboração e da coordenação;

Considerando que existe uma enorme heterogeneidade deste tipo de contratos, atenta a escassa regulação jurídica dos mesmos, cujo regime se pauta pelo informalismo e pela flexibilidade;

Considerando que os contratos interadministrativos têm uma vocação natural para substituir ou complementar as figuras da tutela, da superintendência e da hierarquia, que são insuficientes para abarcar a complexidade e a diversidade das relações interadministrativas no quadro da Administração Pública contemporânea;



Considerando que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, designadamente no domínio da ação social (cf. n.ºs 1 e 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);

Considerando que *“a rede social criada na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, impulsionou um trabalho de parceria alargada incidindo na planificação estratégica da intervenção social local, abarcando actores sociais de naturezas e áreas de intervenção, visando contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social ao nível local”* (excerto do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho);

Considerando que, atento o aumento da esperança média de vida, importa, ainda, delinear estratégias conducentes à melhoria das condições de vida das pessoas idosas, ou portadoras de deficiência, física ou mental, nomeadamente através da definição de projetos a nível local;

Considerando que o Município de Pombal se encontra firmemente empenhado em criar um modelo de organização e de trabalho em parceria, capaz de conferir maior eficácia e eficiência nas respostas sociais aos cidadãos do concelho, bem como à implementação de todos os programas gizados no âmbito da ação social, de que são exemplo o Programa AMPARHA, a Teleassistência, o Programa Rede Social, o Programa EPIS, o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, o Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, o Programa de Expansão da Educação Pré-Escolar — Atividades de Animação e de Apoio à Família, entre outros;

Considerando que as freguesias e uniões de freguesias se apresentam como atores privilegiados neste contexto, designadamente em razão da proximidade que detêm com as respetivas populações;

Considerando que cabe às câmaras municipais, nos termos do preceituado na *alínea l) do n.º 1 artigo 33º* do citado diploma legal, discutir e preparar com as Juntas de Freguesia/União das Freguesias os contratos de delegações de competências;

Considerando ainda que se concluiu que a solução mais adequada, eficiente e eficaz é a de que as competências discriminadas no presente instrumento venham a ser exercidas, de forma concertada, pelas Juntas das Freguesias de Carriço, Louriçal e Almagreira, sendo que o escopo subjacente à delegação é, nos termos da lei, o aumento da eficiência da gestão



dos recursos, bem como os ganhos de eficácia, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização de recursos disponíveis (*cf. n.º 3 do artigo 115.º do citado diploma legal*),

Entre:

A *CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL*, na qualidade de órgão executivo do Município de Pombal, Pessoa Coletiva de Direito Público número 506 334 562, com sede no Largo do Cardal, 3100-440 Pombal, com o endereço eletrónico *geral@cm-pombal.pt*, ora representada pelo Senhor Presidente, Dr. Diogo Alves Mateus, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *c)* do *n.º 1* e na *alínea f)* do *n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro* de ora em diante designada apenas por Primeira Outorgante,

A *JUNTA DE FREGUESIA DE CARRIÇO*, Pessoa Coletiva de Direito Público número 507 696 395, com sede na Avenida da Igreja, n.º 1, 3105-057 Carriço, endereço eletrónico *freguesiacarrico@sapo.pt*, neste ato representada pelo Senhor Presidente Pedro Manuel Neves da Silva, no uso das competências previstas nas *alíneas a)* e *g)* do *n.º 1 do artigo 18.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, de ora em diante designada apenas por Segunda Outorgante,

A *JUNTA DE FREGUESIA DO LOURIÇAL*, Pessoa Coletiva de Direito Público número 507 355 946, com sede na Rua da Misericórdia, n.º 16, 3105-165 Louriçal, endereço eletrónico *info@jf-lourical.pt*, neste ato representada pelo Senhor Presidente José Manuel Pedrosa Marques, no uso das competências previstas nas *alíneas a)* e *g)* do *n.º 1 do artigo 18.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, de ora em diante designada apenas por Terceira Outorgante, e

A *JUNTA DE FREGUESIA DE ALMAGREIRA*, Pessoa Coletiva de Direito Público número 507 946 545, com sede na Rua do Rossio, n.º 10, 3105-004 Almagreira, endereço eletrónico *freguesia.almagreira@gmail.com*, neste ato representada pelo Senhor Presidente Fernando Rodrigues Matias, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *g)* do *n.º 1 do artigo 18.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, de ora em diante designada apenas por Quarta Outorgante





— é celebrado o presente contrato interadministrativo, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

## **TÍTULO I DO OBJETO DO CONTRATO**

### ***CAPÍTULO I***

#### ***Objeto***

##### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

###### ***Objeto***

O presente contrato tem por objeto a concretização dos termos em que se deverá processar a delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas das Freguesias de Carriço, Louriçal e Almagreira, no que se refere à dinamização da intervenção social junto da população que integra as respetivas circunscrições territoriais, designadamente no âmbito dos Programas de Ação Social promovidos pelo Município de Pombal, ou naqueles em que o mesmo se haja constituído parceiro.

### ***CAPÍTULO II***

#### ***Da concretização da delegação de competências***

##### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

###### ***Intervenção social***

O exercício das competências delegadas consubstanciar-se-á na:

- a). Garantia de gestão das ações sociais do Município, assim como no planeamento e execução das políticas municipais definidas nesse âmbito;
- b). Promoção, em articulação com a rede social, da elaboração, atualização e divulgação do Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social do concelho;
- c). Prestação de apoio à criação de estruturas sociais;
- d). Participação na planificação estratégica da intervenção social local;



- e). Cooperação no planeamento integrado e sistemático do desenvolvimento social, potenciando sinergias, competências e recursos a nível local;
- f). Dinamização da Comissão Social Interfreguesias;
- g). Sinalização das situações de pobreza e exclusão social, definindo propostas de atuação;
- h). Promoção de mecanismos de rentabilização dos recursos existentes;
- i). Desenvolvimento de ações de informação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência coletiva dos problemas sociais;
- j). Fomento da adesão de novos membros para a Comissão Social Interfreguesias.

## **TÍTULO II DOS RECURSOS**

### ***CAPÍTULO I Recursos Materiais***

#### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

##### ***Recursos Materiais***

Os recursos materiais para a concretização da presente delegação de competências corresponderão àqueles de que as Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes já dispõem.

### ***CAPÍTULO II Recursos Financeiros***

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

##### ***Recursos Financeiros***

1. Os recursos financeiros a atribuir pela Primeira Outorgante, destinados ao cumprimento do contrato por parte da Segunda Outorgante, traduzir-se-ão no pagamento de quantia equivalente a 80% dos encargos (remuneração e demais contribuições devidas) a suportar com a contratação de dois trabalhadores, com a categoria de técnico superior, na posição remuneratória 02, no nível remuneratório 015, que ascendem ao valor mensal de €



2.934,52 (dois mil novecentos e trinta e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos), perfazendo o montante global anual de € 35.214,24 (trinta e cinco mil duzentos e catorze euros e vinte e quatro cêntimos).

2. O pagamento das quantias a que se reporta o número anterior ficará sujeito à comprovada contratação dos recursos humanos, nos termos definidos na cláusula seguinte.

3. A importância a que se refere o *número 1* será transferida para as Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes em tranches trimestrais, a ter lugar nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, na proporção de 1/3 (um terço) para cada uma.

4. Os recursos financeiros a que se alude na presente cláusula encontram-se previstos no Plano de Atividades Municipais, no objetivo 4.2.5., projeto de ação 03, com a classificação económica 02/04050102.

### ***CAPÍTULO III***

#### ***Recursos Humanos***

##### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

###### ***Recursos Humanos***

O recrutamento de recursos humanos, com formação académica na área do serviço social ou afim, para a concretização da delegação de competências operada no presente instrumento, ficará a cargo das Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes, que poderão optar pela modalidade de contratação que se venha a revelar mais adequada ao fim a prosseguir.

### **TÍTULO III**

#### **DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

##### ***CAPÍTULO I***

###### ***Direitos e Obrigações da Primeira Outorgante***

##### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

###### ***Direitos da Primeira Outorgante***

Constituem direitos da Primeira Outorgante:



- a). Apreciar a adequação dos serviços prestados pelas Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes;
- b). Solicitar às Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes informações que entenda por conveniente, nos termos da *Cláusula 12ª*;
- c). Apresentar às Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes sugestões e propostas, no âmbito das reuniões previstas no *número 1 da Cláusula 10ª*.

#### **Cláusula 7.ª**

##### ***Obrigações da Primeira Outorgante***

No âmbito do presente contrato, a Primeira Outorgante obriga-se a:

- a) Verificar o cumprimento do contrato nos termos da *Cláusula 12ª*;
- b). Efetuar o acompanhamento local da prestação de serviços;
- c). Transferir para as Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas, conforme definido no *número 3 da Cláusula 4ª*.

### ***CAPÍTULO II***

#### ***Direitos e Obrigações das Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes***

#### **Cláusula 8.ª**

##### ***Direitos das Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes***

Constituem direitos das Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes:

- a). Solicitar à Primeira Outorgante o apoio que se afigure necessário ao cumprimento das competências que lhe são afetas por força do presente contrato;
- b). Receber atempadamente a transferência das verbas apuradas nos termos da *Cláusula 4ª*, com a periodicidade aí definida.

#### **Cláusula 9.ª**

##### ***Obrigações das Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes***

No âmbito do presente contrato, as Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes ficam obrigadas a:

- a). Exercer as competências delegadas de forma eficiente e eficaz, na estrita observância de critérios de equilíbrio e economia de recursos;



b). Prestar as informações que a Primeira Outorgante solicite, nomeadamente no que respeite aos atos praticados no exercício das competências delegadas;

c). Dar conhecimento, no prazo de 15 (quinze) dias, à Primeira Outorgante de toda e qualquer situação de que tenham conhecimento e que possa vir a prejudicar, impedir, tornar mais oneroso ou difícil o exercício das competências delegadas;

d). Remeter à Primeira Outorgante documento comprovativo da contratação dos recursos humanos, independentemente da modalidade adotada, para efeitos do cumprimento do disposto na *Cláusula 5ª*.

## **TÍTULO IV DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO**

### ***CAPÍTULO I***

#### ***Acompanhamento da execução***

#### **Cláusula 10.ª**

##### ***Acompanhamento da Execução***

1. No sentido de garantir uma melhor articulação entre as autarquias poderá, sempre que tal se afigure necessário, haver lugar à realização de reuniões entre representantes das partes outorgantes.

2. O interlocutor designado pela Primeira Outorgante para acompanhamento da execução do presente contrato será o Vereador com o Pelouro ao qual esteja afeta a função da Ação Social, sem prejuízo da possibilidade de indicação de pessoa diversa por parte daquela.

#### **Cláusula 11.ª**

##### ***Casos urgentes***

As Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes devem comunicar à Primeira Outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e/ou por escrito, a ocorrência de qualquer facto que, de forma imprevisível, afete ou possa afetar de forma significativa o exercício das competências delegadas.



**Cláusula 12.<sup>a</sup>**

*Verificação do cumprimento do objeto do contrato*

A Primeira Outorgante pode verificar o cumprimento do contrato, bem como exigir que lhe sejam facultadas informações e/ou documentos que considere necessários.

**TÍTULO V  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

***CAPÍTULO I***

***Vigência, modificação e cessação do contrato***

**Cláusula 13.<sup>a</sup>**

*Vigência*

O período de vigência do contrato coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal de Pombal, salvo casos excepcionais, devidamente fundamentados, e sem prejuízo do disposto no *número 2 da Cláusula 16.<sup>a</sup>*

**Cláusula 14.<sup>a</sup>**

*Modificação*

1. O presente contrato pode ser modificado, por acordo entre as partes, sempre que se verifique que as circunstâncias em que as mesmas fundaram os termos em que operaria a delegação de competências tenham sofrido uma alteração anormal e imprevisível, e desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público, e da necessidade e suficiência dos recursos.

2. A modificação do contrato revestirá a forma escrita.

**Cláusula 15.<sup>a</sup>**

*Revogação*

1. As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2. A revogação do contrato revestirá a forma escrita.



### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

#### ***Cessação***

1. O contrato caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, de acordo com o disposto na *Cláusula 13<sup>a</sup>*, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes.

2. O contrato renovar-se-á após a instalação da Assembleia Municipal de Pombal, não determinando a mudança dos titulares dos órgãos do Município de Pombal e das Freguesias de Carriço, Louriçal e Almagreira, a sua caducidade, salvo se aquele órgão deliberativo autorizar a denúncia deste contrato, no prazo de 6 (seis) meses após a sua instalação.

3. O presente contrato pode ainda cessar por resolução quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a uma das Outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

4. Quando a resolução do contrato tenha por fundamento a *alínea b)* do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar que da mesma resultam preenchidos os requisitos previstos nas *alíneas a) a e)* do n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

5. A cessação do contrato não poderá, em caso algum, colocar em causa a continuidade do serviço público, cabendo à Primeira Outorgante o exercício das competências para as quais o contrato tenha deixado de vigorar.

## ***CAPÍTULO II***

### ***Comunicações, prazos e foro competente***

### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

#### ***Forma das comunicações e notificações***

1. As comunicações e as notificações entre as partes outorgantes serão efetuadas por escrito e remetidas via correio eletrónico, com recibo de entrega e leitura, para o respetivo endereço, identificado no presente instrumento, sem prejuízo da possibilidade de serem acordadas outras regras.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente contrato deverá ser comunicada, por escrito, às outras partes.



**Cláusula 18.<sup>a</sup>**

*Contagem dos prazos*

Os prazos previstos neste contrato são contínuos.

**Cláusula 19.<sup>a</sup>**

*Foro competente*

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

**CAPÍTULO III**

*Forma, Direito aplicável e entrada em vigor*

**Cláusula 20.<sup>a</sup>**

*Forma do contrato*

O presente contrato de delegação de competências é celebrado por escrito, sendo composto pelo respetivo clausulado.

**Cláusula 21.<sup>a</sup>**

*Direito aplicável*

1. Na execução do contrato ora firmado deverão ser observados:
  - a) Todo o clausulado;
  - b) A *Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e o Anexo I da mesma, e*
  - c) O *Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho.*
2. Subsidiariamente, e por força da lei, observar-se-ão, ainda as disposições constantes do *Código do Procedimento Administrativo.*

**Cláusula 22.<sup>a</sup>**

*Entrada em vigor*

O presente contrato interadministrativo entra em vigor após a sua aprovação pelas respetivas Assembleias de Freguesia e pela Assembleia Municipal.





Pombal, ... de abril de 2017

Pela Primeira Outorgante,

*(Diogo Alves Mateus, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Pombal)*

Pela Segunda Outorgante,

*(Pedro Manuel Neves da Silva, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Carriço)*

Pela Terceira Outorgante,

*(José Manuel Pedrosa Marques, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Louriçal)*

Pela Quarta Outorgante,

*(Fernando Rodrigues Matias, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Almagreira)*



***MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO***

Considerando que a *Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, veio introduzir um novo regime normativo de enquadramento da delegação de competências, através da sua contractualização, possibilitando que os órgãos dos municípios deleguem competências nos órgãos das freguesias, em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

Considerando que deste novo regime ganha especial destaque a figura do contrato interadministrativo prevista no *artigo 120.º do Anexo I da referida Lei*, a que deve obedecer a delegação de competências, sob pena de nulidade;

Considerando que da conjugação das disposições constantes no *n.º 2 do artigo 117º e no artigo 131º*, ambos do *Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, os municípios, através dos seus órgãos, para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e apoio direto as comunidades locais, podem delegar competências nos órgãos daquelas;

Considerando que a multiplicação de domínios de decisão na Administração Local se traduzem num pluralismo de interesses e de legitimidades, pressupondo formas de articulação e de cooperação, entre as quais se integram os contratos interadministrativos;

Considerando que os contratos interadministrativos se enquadram no conjunto das relações jurídicas interadministrativas, estabelecidas à luz dos princípios da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos, da boa administração, da cooperação, da colaboração e da coordenação;

Considerando que existe uma enorme heterogeneidade deste tipo de contratos, atenta a escassa regulação jurídica dos mesmos, cujo regime se pauta pelo informalismo e pela flexibilidade;

Considerando que os contratos interadministrativos têm uma vocação natural para substituir ou complementar as figuras da tutela, da superintendência e da hierarquia, que são insuficientes para abarcar a complexidade e a diversidade das relações interadministrativas no quadro da Administração Pública contemporânea;



Considerando que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, designadamente no domínio da ação social (cf. n.ºs 1 e 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);

Considerando que *“a rede social criada na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, impulsionou um trabalho de parceria alargada incidindo na planificação estratégica da intervenção social local, abarcando actores sociais de naturezas e áreas de intervenção, visando contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social ao nível local”* (excerto do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho);

Considerando que, atento o aumento da esperança média de vida, importa, ainda, delinear estratégias conducentes à melhoria das condições de vida das pessoas idosas, ou portadoras de deficiência, física ou mental, nomeadamente através da definição de projetos a nível local;

Considerando que o Município de Pombal se encontra firmemente empenhado em criar um modelo de organização e de trabalho em parceria, capaz de conferir maior eficácia e eficiência nas respostas sociais aos cidadãos do concelho, bem como à implementação de todos os programas gizados no âmbito da ação social, de que são exemplo o Programa AMPARHA, a Teleassistência, o Programa Rede Social, o Programa EPIS, o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, o Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, o Programa de Expansão da Educação Pré-Escolar — Atividades de Animação e de Apoio à Família, entre outros;

Considerando que as freguesias e uniões de freguesias se apresentam como atores privilegiados neste contexto, designadamente em razão da proximidade que detêm com as respetivas populações;

Considerando que cabe às câmaras municipais, nos termos do preceituado na *alínea l) do n.º 1 artigo 33º* do citado diploma legal, discutir e preparar com as Juntas de Freguesia/União das Freguesias os contratos de delegações de competências;

Considerando ainda que se concluiu que a solução mais adequada, eficiente e eficaz é a de que as competências discriminadas no presente instrumento venham a ser exercidas, de forma concertada, pelas Juntas das Freguesias de Redinha e Pelariga, sendo que o escopo subjacente à delegação é, nos termos da lei, o aumento da eficiência da gestão dos recur-



sos, bem como os ganhos de eficácia, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização de recursos disponíveis (*cf. n.º 3 do artigo 115.º do citado diploma legal*),

Entre:

A *CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL*, na qualidade de órgão executivo do Município de Pombal, Pessoa Coletiva de Direito Público número 506 334 562, com sede no Largo do Cardal, 3100-440 Pombal, com o endereço eletrónico *geral@cm-pombal.pt*, ora representada pelo Senhor Presidente, Dr. Diogo Alves Mateus, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *c)* do *n.º 1* e na *alínea f)* do *n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro* de ora em diante designada apenas por Primeira Outorgante,

A *JUNTA DE FREGUESIA DA REDINHA*, Pessoa Coletiva de Direito Público número 507 608 372, com sede na Praça Engenheiro Guilherme Santos, n.º 26, 3105-331 Redinha, endereço eletrónico *junta.redinha@sapo.pt*, neste ato representada pelo Senhor Presidente Carlos Manuel Ribeiro Rosa Clemente, no uso das competências previstas nas *alíneas a)* e *g)* do *n.º 1 do artigo 18.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, de ora em diante designada apenas por Segunda Outorgante, e

A *JUNTA DE FREGUESIA DE PELARIGA*, Pessoa Coletiva de Direito Público número 507 150 163, com sede na Rua das Escolas, n.º 1, 3105-291 Pelariga, endereço eletrónico *juntapelariga@oninet.pt*, neste ato representada pelo Senhor Presidente Nelson da Silva Pereira, no uso das competências previstas nas *alíneas a)* e *g)* do *n.º 1 do artigo 18.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, de ora em diante designada apenas por Terceira Outorgante,

— é celebrado o presente contrato interadministrativo, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

## **TÍTULO I**

### **DO OBJETO DO CONTRATO**

#### ***CAPÍTULO I***

##### ***Objeto***



### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

#### ***Objeto***

O presente contrato tem por objeto a concretização dos termos em que se deverá processar a delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas das Freguesias de Redinha e Pelariga, no que se refere à dinamização da intervenção social junto da população que integra as respetivas circunscrições territoriais, designadamente no âmbito dos Programas de Ação Social promovidos pelo Município de Pombal, ou naqueles em que o mesmo se haja constituído parceiro.

## ***CAPÍTULO II***

### ***Da concretização da delegação de competências***

### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

#### ***Intervenção Social***

O exercício das competências delegadas consubstanciar-se-á na:

- a). Garantia de gestão das ações sociais do Município, assim como no planeamento e execução das políticas municipais definidas nesse âmbito;
- b). Promoção, em articulação com a rede social, da elaboração, atualização e divulgação do Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social do concelho;
- c). Prestação de apoio à criação de estruturas sociais;
- d). Participação na planificação estratégica da intervenção social local;
- e). Cooperação no planeamento integrado e sistemático do desenvolvimento social, potenciando sinergias, competências e recursos a nível local;
- f). Dinamização da Comissão Social Interfreguesias;
- g). Sinalização das situações de pobreza e exclusão social, definindo propostas de atuação;
- h). Promoção de mecanismos de rentabilização dos recursos existentes;
- i). Desenvolvimento de ações de informação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência coletiva dos problemas sociais;
- j). Fomento da adesão de novos membros para a Comissão Social Interfreguesias.



**TÍTULO II**  
**DOS RECURSOS**

***CAPÍTULO I***  
***Recursos Materiais***

**Cláusula 3.<sup>a</sup>**

***Recursos Materiais***

Os recursos materiais para a concretização da presente delegação de competências corresponderão àqueles de que a Segunda e a Terceira Outorgantes já dispõem.

***CAPÍTULO II***  
***Recursos Financeiros***

**Cláusula 4.<sup>a</sup>**

***Recursos Financeiros***

1. Os recursos financeiros a atribuir pela Primeira Outorgante, destinados ao cumprimento do contrato por parte da Segunda Outorgante, traduzir-se-ão no pagamento de quantia equivalente a 80% dos encargos (remuneração e demais contribuições devidas) a suportar com a contratação de um trabalhador, com a categoria de técnico superior, na posição remuneratória 02, no nível remuneratório 015, que ascendem ao valor mensal de € 1.467,26 (mil quatrocentos e sessenta e sete euros e vinte e seis centimos), perfazendo o montante global anual de € 17.607,12 (dezassete mil seiscientos e sete euros e doze centimos).

2. O pagamento das quantias a que se reporta o número anterior ficará sujeito à comprovada contratação do recurso humano, nos termos definidos na cláusula seguinte.

3. A importância a que se refere o *número 1* será transferida para as Segunda e Terceira Outorgantes em tranches trimestrais, a ter lugar nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, na proporção de 50% para cada uma.



4. Os recursos financeiros a que se alude na presente cláusula encontram-se previstos no Plano de Atividades Municipais, no objetivo 4.2.5., projeto de ação 03, com a classificação económica 02/04050102.

### ***CAPÍTULO III***

#### ***Recursos Humanos***

##### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

###### ***Recursos Humanos***

O recrutamento de recursos humanos, com formação académica na área do serviço social ou afim, para a concretização da delegação de competências operada no presente instrumento, ficará a cargo das Segunda e Terceira Outorgantes, que poderão optar pela modalidade de contratação que se venha a revelar mais adequada ao fim a prosseguir.

### **TÍTULO III**

#### **DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

##### ***CAPÍTULO I***

###### ***Direitos e Obrigações da Primeira Outorgante***

##### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

###### ***Direitos da Primeira Outorgante***

Constituem direitos da Primeira Outorgante:

- a). Apreciar a adequação dos serviços prestados pelas Segunda e Terceira Outorgantes;
- b). Solicitar às Segunda e Terceira Outorgantes informações que entenda por conveniente, nos termos da *Cláusula 12.<sup>a</sup>*;
- c). Apresentar às Segunda e Terceira Outorgantes sugestões e propostas, no âmbito das reuniões previstas no *número 1 da Cláusula 10.<sup>a</sup>*.

##### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

###### ***Obrigações da Primeira Outorgante***



No âmbito do presente contrato, a Primeira Outorgante obriga-se a:

- a) Verificar o cumprimento do contrato nos termos da *Cláusula 12<sup>a</sup>*;
- b). Efetuar o acompanhamento local da prestação de serviços;
- c). Transferir para as Segunda e Terceira Outorgantes os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas, conforme definido no *número 3 da Cláusula 4<sup>a</sup>*.

## ***CAPÍTULO II***

### ***Direitos e Obrigações das Segunda e Terceira Outorgantes***

#### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

##### ***Direitos das Segunda e Terceira Outorgantes***

Constituem direitos das Segunda e Terceira Outorgantes:

- a). Solicitar à Primeira Outorgante o apoio que se afigure necessário ao cumprimento das competências que lhe são afetas por força do presente contrato;
- b). Receber atempadamente a transferência das verbas apuradas nos termos da *Cláusula 4<sup>a</sup>*, com a periodicidade aí definida.

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

##### ***Obrigações das Segunda e Terceira Outorgantes***

No âmbito do presente contrato, as Segunda e Terceira Outorgantes ficam obrigadas a:

- a). Exercer as competências delegadas de forma eficiente e eficaz, na estrita observância de critérios de equilíbrio e economia de recursos;
- b). Prestar as informações que a Primeira Outorgante solicite, nomeadamente no que respeite aos atos praticados no exercício das competências delegadas;
- c). Dar conhecimento, no prazo de 15 (quinze) dias, à Primeira Outorgante de toda e qualquer situação de que tenham conhecimento e que possa vir a prejudicar, impedir, tornar mais oneroso ou difícil o exercício das competências delegadas;
- d). Remeter à Primeira Outorgante documento comprovativo da contratação dos recursos humanos, independentemente da modalidade adotada, para efeitos do cumprimento do disposto na *Cláusula 5<sup>a</sup>*.





**TÍTULO IV**  
**DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO**

***CAPÍTULO I***  
***Acompanhamento da execução***

**Cláusula 10.<sup>a</sup>**

***Acompanhamento da Execução***

1. No sentido de garantir uma melhor articulação entre as autarquias poderá, sempre que tal se afigure necessário, haver lugar à realização de reuniões entre representantes das partes outorgantes.

2. O interlocutor designado pela Primeira Outorgante para acompanhamento da execução do presente contrato será o Vereador com o Pelouro ao qual esteja afeta a função da Ação Social, sem prejuízo da possibilidade de indicação de pessoa diversa por parte daquela.

**Cláusula 11.<sup>a</sup>**

***Casos urgentes***

As Segunda e Terceira Outorgantes devem comunicar à Primeira Outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e/ou por escrito, a ocorrência de qualquer facto que, de forma imprevisível, afete ou possa afetar de forma significativa o exercício das competências delegadas.

**Cláusula 12.<sup>a</sup>**

***Verificação do cumprimento do objeto do contrato***

A Primeira Outorgante pode verificar o cumprimento do contrato, bem como exigir que lhe sejam facultadas informações e/ou documentos que considere necessários.

**TÍTULO V**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**



## ***CAPÍTULO I***

### ***Vigência, modificação e cessação do contrato***

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

##### ***Vigência***

O período de vigência do contrato coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal de Pombal, salvo casos excepcionais, devidamente fundamentados, e sem prejuízo do disposto no *número 2 da Cláusula 16.<sup>a</sup>*

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### ***Modificação***

1. O presente contrato pode ser modificado, por acordo entre as partes, sempre que se verifique que as circunstâncias em que as mesmas fundaram os termos em que operaria a delegação de competências tenham sofrido uma alteração anormal e imprevisível, e desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público, e da necessidade e suficiência dos recursos.

2. A modificação do contrato revestirá a forma escrita.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### ***Revogação***

1. As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2. A revogação do contrato revestirá a forma escrita.

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

##### ***Cessação***

1. O contrato caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, de acordo com o disposto na *Cláusula 13.<sup>a</sup>*, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes.

2. O contrato renovar-se-á após a instalação da Assembleia Municipal de Pombal, não determinando a mudança dos titulares dos órgãos do Município de Pombal e das Fre-



guesias de Redinha e Pelariga, a sua caducidade, salvo se aquele órgão deliberativo autorizar a denúncia deste contrato, no prazo de 6 (seis) meses após a sua instalação.

3. O presente contrato pode ainda cessar por resolução quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a uma das Outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

4. Quando a resolução do contrato tenha por fundamento a *alínea b)* do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar que da mesma resultam preenchidos os requisitos previstos nas *alíneas a) a e)* do n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

5. A cessação do contrato não poderá, em caso algum, colocar em causa a continuidade do serviço público, cabendo à Primeira Outorgante o exercício das competências para as quais o contrato tenha deixado de vigorar.

## ***CAPÍTULO II***

### ***Comunicações, prazos e foro competente***

#### **Cláusula 17.ª**

##### ***Forma das comunicações e notificações***

1. As comunicações e as notificações entre as partes outorgantes serão efetuadas por escrito e remetidas via correio eletrónico, com recibo de entrega e leitura, para o respetivo endereço, identificado no presente instrumento, sem prejuízo da possibilidade de serem acordadas outras regras.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente contrato deverá ser comunicada, por escrito, às outras partes.

#### **Cláusula 18.ª**

##### ***Contagem dos prazos***

Os prazos previstos neste contrato são contínuos.

#### **Cláusula 19.ª**

##### ***Foro competente***



Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

### ***CAPÍTULO III***

#### ***Forma, Direito aplicável e entrada em vigor***

##### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

###### ***Forma do contrato***

O presente contrato de delegação de competências é celebrado por escrito, sendo composto pelo respetivo clausulado.

##### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

###### ***Direito aplicável***

1. Na execução do contrato ora firmado deverão ser observados:

- a) Todo o clausulado;
- b) A *Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e o Anexo I da mesma, e*
- c) O *Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho.*

2. Subsidiariamente, e por força da lei, observar-se-ão, ainda as disposições constantes do *Código do Procedimento Administrativo.*

##### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

###### ***Entrada em vigor***

O presente contrato interadministrativo entra em vigor após a sua aprovação pelas respetivas Assembleias de Freguesia e pela Assembleia Municipal.

Pombal, ... de abril de 2017

Pela Primeira Outorgante,

*(Diogo Alves Matheus, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Pombal)*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

Pela Segunda Outorgante,

*(Carlos Manuel Ribeiro Rosa Clemente, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Redinha)*

Pela Terceira Outorgante,

*(Nelson da Silva Pereira, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Pelariga)*



***MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO***

Considerando que a *Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, veio introduzir um novo regime normativo de enquadramento da delegação de competências, através da sua contractualização, possibilitando que os órgãos dos municípios deleguem competências nos órgãos das freguesias, em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

Considerando que deste novo regime ganha especial destaque a figura do contrato interadministrativo prevista no *artigo 120.º do Anexo I da referida Lei*, a que deve obedecer a delegação de competências, sob pena de nulidade;

Considerando que da conjugação das disposições constantes no *n.º 2 do artigo 117º e no artigo 131º*, ambos do *Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, os municípios, através dos seus órgãos, para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e apoio direto as comunidades locais, podem delegar competências nos órgãos daquelas;

Considerando que a multiplicação de domínios de decisão na Administração Local se traduzem num pluralismo de interesses e de legitimidades, pressupondo formas de articulação e de cooperação, entre as quais se integram os contratos interadministrativos;

Considerando que os contratos interadministrativos se enquadram no conjunto das relações jurídicas interadministrativas, estabelecidas à luz dos princípios da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos, da boa administração, da cooperação, da colaboração e da coordenação;

Considerando que existe uma enorme heterogeneidade deste tipo de contratos, atenta a escassa regulação jurídica dos mesmos, cujo regime se pauta pelo informalismo e pela flexibilidade;

Considerando que os contratos interadministrativos têm uma vocação natural para substituir ou complementar as figuras da tutela, da superintendência e da hierarquia, que são insuficientes para abarcar a complexidade e a diversidade das relações interadministrativas no quadro da Administração Pública contemporânea;



Considerando que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, designadamente no domínio da ação social (cf. n.ºs 1 e 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);

Considerando que *“a rede social criada na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, impulsionou um trabalho de parceria alargada incidindo na planificação estratégica da intervenção social local, abarcando actores sociais de naturezas e áreas de intervenção, visando contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social ao nível local”* (excerto do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho);

Considerando que, atento o aumento da esperança média de vida, importa, ainda, delinear estratégias conducentes à melhoria das condições de vida das pessoas idosas, ou portadoras de deficiência, física ou mental, nomeadamente através da definição de projetos a nível local;

Considerando que o Município de Pombal se encontra firmemente empenhado em criar um modelo de organização e de trabalho em parceria, capaz de conferir maior eficácia e eficiência nas respostas sociais aos cidadãos do concelho, bem como à implementação de todos os programas gizados no âmbito da ação social, de que são exemplo o Programa AMPARHA, a Teleassistência, o Programa Rede Social, o Programa EPIS, o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, o Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, o Programa de Expansão da Educação Pré-Escolar — Atividades de Animação e de Apoio à Família, entre outros;

Considerando que as freguesias e uniões de freguesias se apresentam como atores privilegiados neste contexto, designadamente em razão da proximidade que detêm com as respetivas populações;

Considerando que cabe às câmaras municipais, nos termos do preceituado na *alínea l) do n.º 1 artigo 33º* do citado diploma legal, discutir e preparar com as Juntas de Freguesia/União das Freguesias os contratos de delegações de competências;

Considerando ainda que se concluiu que a solução mais adequada, eficiente e eficaz é a de que as competências discriminadas no presente instrumento venham a ser exercidas, de forma concertada, pelas Juntas das Freguesias de Vermoil, Carnide e Meirinhas, sendo que o escopo subjacente à delegação é, nos termos da lei, o aumento da eficiência da gestão



dos recursos, bem como os ganhos de eficácia, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização de recursos disponíveis (*cf. n.º 3 do artigo 115.º do citado diploma legal*),

Entre:

A *CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL*, na qualidade de órgão executivo do Município de Pombal, Pessoa Coletiva de Direito Público número 506 334 562, com sede no Largo do Cardal, 3100-440 Pombal, com o endereço eletrónico *geral@cm-pombal.pt*, ora representada pelo Senhor Presidente, Dr. Diogo Alves Mateus, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *c)* do *n.º 1* e na alínea *f)* do *n.º 2* do *artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro* de ora em diante designada apenas por Primeira Outorgante,

A *JUNTA DE FREGUESIA DE VERMOIL*, Pessoa Coletiva de Direito Público número 507 674 065, com sede na Rua João de Barros, nº 32, 3105-442 Vermoil, endereço eletrónico *presidente@jf-vermoil.pt*, neste ato representada pelo Senhor Presidente Ilídio Manuel da Mota, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *g)* do *n.º 1* do *artigo 18.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, de ora em diante designada apenas por Segunda Outorgante,

A *JUNTA DE FREGUESIA DE CARNIDE*, Pessoa Coletiva de Direito Público número 507 841 441, com sede na Rua Principal, nº 71, 3105-028 Carnide, endereço eletrónico *jfcarnide@gmail.com*, neste ato representada pelo Senhor Presidente Sílvio da Mota Santos, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *g)* do *n.º 1* do *artigo 18.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, de ora em diante designada apenas por Terceira Outorgante, e

A *JUNTA DE FREGUESIA DE MEIRINHAS*, Pessoa Coletiva de Direito Público número 508 316 251, com sede na Rua do Posto Médico, 3105-263 Meirinhas, endereço eletrónico *jfmeirinhas@gmail.com*, neste ato representada pelo Senhor Presidente Avelino das Neves António, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *g)* do *n.º 1* do *artigo 18.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, de ora em diante designada apenas por Quarta Outorgante





— é celebrado o presente contrato interadministrativo, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

## **TÍTULO I**

### **DO OBJETO DO CONTRATO**

#### ***CAPÍTULO I***

##### ***Objeto***

##### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

###### ***Objeto***

O presente contrato tem por objeto a concretização dos termos em que se deverá processar a delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas das Freguesias de Vermoil, Carnide e Meirinhas, no que se refere à dinamização da intervenção social junto da população que integra as respetivas circunscrições territoriais, designadamente no âmbito dos Programas de Ação Social promovidos pelo Município de Pombal, ou naqueles em que o mesmo se haja constituído parceiro.

#### ***CAPÍTULO II***

##### ***Da concretização da delegação de competências***

##### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

###### ***Intervenção social***

O exercício das competências delegadas consubstanciar-se-á na:

- a).* Garantia de gestão das ações sociais do Município, assim como no planeamento e execução das políticas municipais definidas nesse âmbito;
- b).* Promoção, em articulação com a rede social, da elaboração, atualização e divulgação do Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social do concelho;
- c).* Prestação de apoio à criação de estruturas sociais;
- d).* Participação na planificação estratégica da intervenção social local;
- e).* Cooperação no planeamento integrado e sistemático do desenvolvimento social, potenciando sinergias, competências e recursos a nível local;
- f).* Dinamização da Comissão Social Interfreguesias;



- g). Sinalização das situações de pobreza e exclusão social, definindo propostas de atuação;
- h). Promoção de mecanismos de rentabilização dos recursos existentes;
- i). Desenvolvimento de ações de informação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência coletiva dos problemas sociais;
- j). Fomento da adesão de novos membros para a Comissão Social Interfreguesias.

## **TÍTULO II DOS RECURSOS**

### ***CAPÍTULO I Recursos Materiais***

#### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

##### ***Recursos Materiais***

Os recursos materiais para a concretização da presente delegação de competências corresponderão àqueles de que as Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes já dispõem.

### ***CAPÍTULO II Recursos Financeiros***

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

##### ***Recursos Financeiros***

1. Os recursos financeiros a atribuir pela Primeira Outorgante, destinados ao cumprimento do contrato por parte da Segunda Outorgante, traduzir-se-ão no pagamento de quantia equivalente a 80% dos encargos (remuneração e demais contribuições devidas) a suportar com a contratação de um trabalhador, com a categoria de técnico superior, na posição remuneratória 02, no nível remuneratório 015, que ascendem ao valor mensal de € 1.467,26 (mil quatrocentos e sessenta e sete euros e vinte e seis cêntimos), perfazendo o montante global anual de € 17.607,12 (dezassete mil seiscentos e sete euros e doze cêntimos).



2. O pagamento das quantias a que se reporta o número anterior ficará sujeito à comprovada contratação do recurso humano, nos termos definidos na cláusula seguinte.

3. A importância a que se refere o *número 1* será transferida para as Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes em tranches trimestrais, a ter lugar nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, na proporção de 1/3 (um terço) para cada uma.

4. Os recursos financeiros a que se alude na presente cláusula encontram-se previstos no Plano de Atividades Municipais, no objetivo 4.2.5., projeto de ação 03, com a classificação económica 02/04050102.

### ***CAPÍTULO III***

#### ***Recursos Humanos***

##### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

###### ***Recursos Humanos***

O recrutamento de recursos humanos, com formação académica na área do serviço social ou afim, para a concretização da delegação de competências operada no presente instrumento, ficará a cargo das Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes, que poderão optar pela modalidade de contratação que se venha a revelar mais adequada ao fim a prosseguir.

### **TÍTULO III**

#### **DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

##### ***CAPÍTULO I***

###### ***Direitos e Obrigações da Primeira Outorgante***

##### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

###### ***Direitos da Primeira Outorgante***

Constituem direitos da Primeira Outorgante:

*a).* Apreciar a adequação dos serviços prestados pelas Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes;

*b).* Solicitar às Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes informações que entenda por conveniente, nos termos da *Cláusula 12.<sup>a</sup>*;



c). Apresentar às Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes sugestões e propostas, no âmbito das reuniões previstas no *número 1 da Cláusula 10<sup>a</sup>*.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

##### ***Obrigações da Primeira Outorgante***

No âmbito do presente contrato, a Primeira Outorgante obriga-se a:

- a) Verificar o cumprimento do contrato nos termos da *Cláusula 12<sup>a</sup>*,
- b). Efetuar o acompanhamento local da prestação de serviços;
- c). Transferir para as Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas, conforme definido no *número 3 da Cláusula 4<sup>a</sup>*.

## ***CAPÍTULO II***

### ***Direitos e Obrigações das Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes***

#### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

##### ***Direitos das Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes***

Constituem direitos das Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes:

- a). Solicitar à Primeira Outorgante o apoio que se afigure necessário ao cumprimento das competências que lhe são afetas por força do presente contrato;
- b). Receber atempadamente a transferência das verbas apuradas nos termos da *Cláusula 4<sup>a</sup>*, com a periodicidade aí definida.

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

##### ***Obrigações das Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes***

No âmbito do presente contrato, as Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes ficam obrigadas a:

- a). Exercer as competências delegadas de forma eficiente e eficaz, na estrita observância de critérios de equilíbrio e economia de recursos;
- b). Prestar as informações que a Primeira Outorgante solicite, nomeadamente no que respeite aos atos praticados no exercício das competências delegadas;



c). Dar conhecimento, no prazo de 15 (quinze) dias, à Primeira Outorgante de toda e qualquer situação de que tenham conhecimento e que possa vir a prejudicar, impedir, tornar mais oneroso ou difícil o exercício das competências delegadas;

d). Remeter à Primeira Outorgante documento comprovativo da contratação dos recursos humanos, independentemente da modalidade adotada, para efeitos do cumprimento do disposto na *Cláusula 5ª*.

## TÍTULO IV DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

### *CAPÍTULO I*

#### *Acompanhamento da execução*

#### **Cláusula 10.ª**

##### *Acompanhamento da Execução*

1. No sentido de garantir uma melhor articulação entre as autarquias poderá, sempre que tal se afigure necessário, haver lugar à realização de reuniões entre representantes das partes outorgantes.

2. O interlocutor designado pela Primeira Outorgante para acompanhamento da execução do presente contrato será o Vereador com o Pelouro ao qual esteja afeta a função da Ação Social, sem prejuízo da possibilidade de indicação de pessoa diversa por parte daquela.

#### **Cláusula 11.ª**

##### *Casos urgentes*

As Segunda, Terceira e Quarta Outorgantes devem comunicar à Primeira Outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e/ou por escrito, a ocorrência de qualquer facto que, de forma imprevisível, afete ou possa afetar de forma significativa o exercício das competências delegadas.

#### **Cláusula 12.ª**

##### *Verificação do cumprimento do objeto do contrato*



A Primeira Outorgante pode verificar o cumprimento do contrato, bem como exigir que lhe sejam facultadas informações e/ou documentos que considere necessários.

## TÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

### *CAPÍTULO I*

#### *Vigência, modificação e cessação do contrato*

##### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

###### *Vigência*

O período de vigência do contrato coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal de Pombal, salvo casos excepcionais, devidamente fundamentados, e sem prejuízo do disposto no *número 2 da Cláusula 16.<sup>a</sup>*

##### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

###### *Modificação*

1. O presente contrato pode ser modificado, por acordo entre as partes, sempre que se verifique que as circunstâncias em que as mesmas fundaram os termos em que operaria a delegação de competências tenham sofrido uma alteração anormal e imprevisível, e desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público, e da necessidade e suficiência dos recursos.

2. A modificação do contrato revestirá a forma escrita.

##### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

###### *Revogação*

1. As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2. A revogação do contrato revestirá a forma escrita.

##### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**



### *Cessação*

1. O contrato caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, de acordo com o disposto na *Cláusula 13ª*, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes.

2. O contrato renovar-se-á após a instalação da Assembleia Municipal de Pombal, não determinando a mudança dos titulares dos órgãos do Município de Pombal e das Freguesias de Vermoil, Carnide e Meirinhas, a sua caducidade, salvo se aquele órgão deliberativo autorizar a denúncia deste contrato, no prazo de 6 (seis) meses após a sua instalação.

3. O presente contrato pode ainda cessar por resolução quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a uma das Outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

4. Quando a resolução do contrato tenha por fundamento a *alínea b)* do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar que da mesma resultam preenchidos os requisitos previstos nas *alíneas a) e e)* do n.º 3 do *artigo 115.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*.

5. A cessação do contrato não poderá, em caso algum, colocar em causa a continuidade do serviço público, cabendo à Primeira Outorgante o exercício das competências para as quais o contrato tenha deixado de vigorar.

## ***CAPÍTULO II***

### ***Comunicações, prazos e foro competente***

#### **Cláusula 17.ª**

##### ***Forma das comunicações e notificações***

1. As comunicações e as notificações entre as partes outorgantes serão efetuadas por escrito e remetidas via correio eletrónico, com recibo de entrega e leitura, para o respetivo endereço, identificado no presente instrumento, sem prejuízo da possibilidade de serem acordadas outras regras.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente contrato deverá ser comunicada, por escrito, às outras partes.

#### **Cláusula 18.ª**

##### ***Contagem dos prazos***



Os prazos previstos neste contrato são contínuos.

**Cláusula 19.<sup>a</sup>**

*Foro competente*

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

**CAPÍTULO III**

***Forma, Direito aplicável e entrada em vigor***

**Cláusula 20.<sup>a</sup>**

*Forma do contrato*

O presente contrato de delegação de competências é celebrado por escrito, sendo composto pelo respetivo clausulado.

**Cláusula 21.<sup>a</sup>**

*Direito aplicável*

1. Na execução do contrato ora firmado deverão ser observados:
  - a) Todo o clausulado;
  - b) A *Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e o Anexo I da mesma, e*
  - c) O *Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho.*
2. Subsidiariamente, e por força da lei, observar-se-ão, ainda as disposições constantes do *Código do Procedimento Administrativo.*

**Cláusula 22.<sup>a</sup>**

*Entrada em vigor*

O presente contrato interadministrativo entra em vigor após a sua aprovação pelas respetivas Assembleias de Freguesia e pela Assembleia Municipal.

Pombal, ... de abril de 2017

Pela Primeira Outorgante,





*(Diogo Alves Mateus, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Pombal)*

Pela Segunda Outorgante,

*(Ilídio Manuel da Mota, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Vermoil)*

Pela Terceira Outorgante,

*(Sihio da Mota Santos, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Carnide)*

Pela Quarta Outorgante,

*(Avelino das Neves António, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Meirinhas)*



***MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO***

Considerando que a *Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, veio introduzir um novo regime normativo de enquadramento da delegação de competências, através da sua contractualização, possibilitando que os órgãos dos municípios deleguem competências nos órgãos das freguesias, em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

Considerando que deste novo regime ganha especial destaque a figura do contrato interadministrativo prevista no *artigo 120.º do Anexo I da referida Lei*, a que deve obedecer a delegação de competências, sob pena de nulidade;

Considerando que da conjugação das disposições constantes no *n.º 2 do artigo 117º e no artigo 131º*, ambos do *Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, os municípios, através dos seus órgãos, para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e apoio direto as comunidades locais, podem delegar competências nos órgãos daquelas;

Considerando que a multiplicação de domínios de decisão na Administração Local se traduzem num pluralismo de interesses e de legitimidades, pressupondo formas de articulação e de cooperação, entre as quais se integram os contratos interadministrativos;

Considerando que os contratos interadministrativos se enquadram no conjunto das relações jurídicas interadministrativas, estabelecidas à luz dos princípios da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos, da boa administração, da cooperação, da colaboração e da coordenação;

Considerando que existe uma enorme heterogeneidade deste tipo de contratos, atenta a escassa regulação jurídica dos mesmos, cujo regime se pauta pelo informalismo e pela flexibilidade;

Considerando que os contratos interadministrativos têm uma vocação natural para substituir ou complementar as figuras da tutela, da superintendência e da hierarquia, que são insuficientes para abarcar a complexidade e a diversidade das relações interadministrativas no quadro da Administração Pública contemporânea;



Considerando que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, designadamente no domínio da ação social (cf. n.ºs 1 e 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);

Considerando que *“a rede social criada na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, impulsionou um trabalho de parceria alargada incidindo na planificação estratégica da intervenção social local, abarcando actores sociais de naturezas e áreas de intervenção, visando contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social ao nível local”* (excerto do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho);

Considerando que, atento o aumento da esperança média de vida, importa, ainda, delinear estratégias conducentes à melhoria das condições de vida das pessoas idosas, ou portadoras de deficiência, física ou mental, nomeadamente através da definição de projetos a nível local;

Considerando que o Município de Pombal se encontra firmemente empenhado em criar um modelo de organização e de trabalho em parceria, capaz de conferir maior eficácia e eficiência nas respostas sociais aos cidadãos do concelho, bem como à implementação de todos os programas gizados no âmbito da ação social, de que são exemplo o Programa AMPARHA, a Teleassistência, o Programa Rede Social, o Programa EPIS, o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, o Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, o Programa de Expansão da Educação Pré-Escolar — Atividades de Animação e de Apoio à Família, entre outros;

Considerando que as freguesias e uniões de freguesias se apresentam como atores privilegiados neste contexto, designadamente em razão da proximidade que detêm com as respetivas populações;

Considerando que cabe às câmaras municipais, nos termos do preceituado na *alínea l) do n.º 1 artigo 33º* do citado diploma legal, discutir e preparar com as Juntas de Freguesia/União das Freguesias os contratos de delegações de competências;

Considerando ainda que se concluiu que a solução mais adequada, eficiente e eficaz é a de que as competências discriminadas no presente instrumento venham a ser exercidas pela Junta de Freguesia de Pombal, sendo que o escopo subjacente à delegação é, nos termos da lei, o aumento da eficiência da gestão dos recursos, bem como os ganhos de eficácia



cia, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização de recursos disponíveis (*cf. n.º 3 do artigo 115.º do citado diploma legal*),

Entre:

A *CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL*, na qualidade de órgão executivo do Município de Pombal, Pessoa Coletiva de Direito Público número 506 334 562, com sede no Largo do Cardal, 3100-440 Pombal, com o endereço eletrónico *geral@cm-pombal.pt*, ora representada pelo Senhor Presidente, Dr. Diogo Alves Mateus, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *c)* do *n.º 1* e na alínea *f)* do *n.º 2* do *artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro* de ora em diante designada apenas por Primeira Outorgante, e

A *JUNTA DE FREGUESIA DE POMBAL*, Pessoa Coletiva de Direito Público número 506 942 643, com sede na Praça Faria da Gama, 3100-471 Pombal, com o endereço eletrónico *presidente@freguesia-pombal.pt*, neste ato representada pelo Senhor Presidente António do Nascimento Lopes, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *g)* do *n.º 1* do *artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, de ora em diante designada apenas por Segunda Outorgante

— é celebrado o presente contrato interadministrativo, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

## **TÍTULO I**

### **DO OBJETO DO CONTRATO**

#### ***CAPÍTULO I***

##### ***Objeto***

##### **Cláusula 1.ª**

###### ***Objeto***

O presente contrato tem por objeto a concretização dos termos em que se deverá processar a delegação de competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia de Pombal, no que se refere à dinamização da intervenção social junto da população que inte-



gra a respetiva circunscção territorial, designadamente no âmbito dos Programas de Ação Social promovidos pelo Município de Pombal, ou naqueles em que o mesmo se haja constituído parceiro.

## ***CAPÍTULO II***

### ***Da concretização da delegação de competências***

#### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

##### ***Intervenção social***

O exercício das competências delegadas consubstanciar-se-á na:

- a). Garantia de gestão das ações sociais do Município, assim como no planeamento e execução das políticas municipais definidas nesse âmbito;
- b). Promoção, em articulação com a rede social, da elaboração, atualização e divulgação do Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social do concelho;
- c). Prestação de apoio à criação de estruturas sociais;
- d). Participação na planificação estratégica da intervenção social local;
- e). Cooperação no planeamento integrado e sistemático do desenvolvimento social, potenciando sinergias, competências e recursos a nível local;
- f). Dinamização da Comissão Social de Freguesia;
- g). Sinalização das situações de pobreza e exclusão social, definindo propostas de atuação;
- h). Promoção de mecanismos de rentabilização dos recursos existentes;
- i). Desenvolvimento de ações de informação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência coletiva dos problemas sociais;
- j). Fomento da adesão de novos membros para a Comissão Social de Freguesia.

## **TÍTULO II**

### **DOS RECURSOS**

#### ***CAPÍTULO I***

##### ***Recursos Materiais***



**Cláusula 3.<sup>a</sup>**

***Recursos Materiais***

Os recursos materiais para a concretização da presente delegação de competências corresponderão àqueles de que a Segunda Outorgante já dispõe.

***CAPÍTULO II***

***Recursos Financeiros***

**Cláusula 4.<sup>a</sup>**

***Recursos Financeiros***

1. Os recursos financeiros a atribuir pela Primeira Outorgante, destinados ao cumprimento do contrato por parte da Segunda Outorgante, traduzir-se-ão no pagamento de quantia equivalente a 80% dos encargos (remuneração e demais contribuições devidas) a suportar com a contratação de um trabalhador, com a categoria de técnico superior, na posição remuneratória 02, no nível remuneratório 015, que ascendem ao valor mensal de € 1.467,26 (mil quatrocentos e sessenta e sete euros e vinte e seis cêntimos), perfazendo o montante global anual de € 17.607,12 (dezassete mil seiscentos e sete euros e doze cêntimos).

2. O pagamento das quantias a que se reporta o número anterior ficará sujeito à comprovada contratação do recurso humano, nos termos definidos na cláusula seguinte.

3. A importância a que se refere o *número 1* será transferida para a Segunda Outorgante em tranches trimestrais, a ter lugar nos meses de janeiro, abril, julho e outubro.

4. Os recursos financeiros a que se alude na presente cláusula encontram-se previstos no Plano de Atividades Municipais, no objetivo 4.2.5., projeto de ação 03, com a classificação económica 02/04050102.

***CAPÍTULO III***

***Recursos Humanos***

**Cláusula 5.<sup>a</sup>**

***Recursos Humanos***



O recrutamento de recursos humanos, com formação académica na área do serviço social ou afim, para a concretização da delegação de competências operada no presente instrumento, ficará a cargo da Segunda Outorgante, que poderá optar pela modalidade de contratação que se venha a revelar mais adequada ao fim a prosseguir.

### **TÍTULO III**

#### **DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

##### ***CAPÍTULO I***

##### ***Direitos e Obrigações da Primeira Outorgante***

###### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

###### ***Direitos da Primeira Outorgante***

Constituem direitos da Primeira Outorgante:

- a). Apreciar a adequação dos serviços prestados pela Segunda Outorgante;
- b). Solicitar à Segunda Outorgante informações que entenda por conveniente, nos termos da *Cláusula 12<sup>a</sup>*;
- c). Apresentar à Segunda Outorgante sugestões e propostas, no âmbito das reuniões previstas no *número 1 da Cláusula 10<sup>a</sup>*.

###### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

###### ***Obrigações da Primeira Outorgante***

No âmbito do presente contrato, a Primeira Outorgante obriga-se a:

- a) Verificar o cumprimento do contrato nos termos da *Cláusula 12<sup>a</sup>*;
- b). Efetuar o acompanhamento local da prestação de serviços;
- c). Transferir para a Segunda Outorgante os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas, conforme definido no *número 3 da Cláusula 4<sup>o</sup>*.

##### ***CAPÍTULO II***

##### ***Direitos e Obrigações da Segunda Outorgante***



**Cláusula 8.<sup>a</sup>**

***Direitos da Segunda Outorgante***

Constituem direitos da Segunda Outorgante:

- a). Solicitar à Primeira Outorgante o apoio que se afigure necessário ao cumprimento das competências que lhe são afetas por força do presente contrato;
- b). Receber atempadamente a transferência das verbas apuradas nos termos da *Cláusula 4.<sup>a</sup>*, com a periodicidade aí definida.

**Cláusula 9.<sup>a</sup>**

***Obrigações da Segunda Outorgante***

No âmbito do presente contrato, a Segunda Outorgante fica obrigada a:

- a). Exercer as competências delegadas de forma eficiente e eficaz, na estrita observância de critérios de equilíbrio e economia de recursos;
- b). Prestar as informações que a Primeira Outorgante solicite, nomeadamente no que respeite aos atos praticados no exercício das competências delegadas;
- c). Dar conhecimento, no prazo de 15 (quinze) dias, à Primeira Outorgante de toda e qualquer situação de que tenha conhecimento e que possa vir a prejudicar, impedir, tornar mais oneroso ou difícil o exercício das competências delegadas;
- d). Remeter à Primeira Outorgante documento comprovativo da contratação dos recursos humanos, independentemente da modalidade adotada, para efeitos do cumprimento do disposto na *Cláusula 5.<sup>a</sup>*.

**TÍTULO IV**

**DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO**

***CAPÍTULO I***

***Acompanhamento da execução***

**Cláusula 10.<sup>a</sup>**

***Acompanhamento da Execução***





1. No sentido de garantir uma melhor articulação entre as autarquias poderá, sempre que tal se afigure necessário, haver lugar à realização de reuniões entre representantes das partes outorgantes.

2. O interlocutor designado pela Primeira Outorgante para acompanhamento da execução do presente contrato será o Vereador com o Pelouro ao qual esteja afeta a função da Ação Social, sem prejuízo da possibilidade de indicação de pessoa diversa por parte daquela.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### ***Casos urgentes***

A Segunda Outorgante deve comunicar à Primeira Outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e/ou por escrito, a ocorrência de qualquer facto que, de forma imprevisível, afete ou possa afetar de forma significativa o exercício das competências delegadas.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### ***Verificação do cumprimento do objeto do contrato***

A Primeira Outorgante pode verificar o cumprimento do contrato, bem como exigir que lhe sejam facultadas informações e/ou documentos que considere necessários.

### **TÍTULO V**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

##### ***CAPÍTULO I***

##### ***Vigência, modificação e cessação do contrato***

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

##### ***Vigência***

O período de vigência do contrato coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal de Pombal, salvo casos excepcionais, devidamente fundamentados, e sem prejuízo do disposto no *número 2 da Cláusula 16.<sup>a</sup>*

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**



***Modificação***

1. O presente contrato pode ser modificado, por acordo entre as partes, sempre que se verifique que as circunstâncias em que as mesmas fundaram os termos em que operaria a delegação de competências tenham sofrido uma alteração anormal e imprevisível, e desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público, e da necessidade e suficiência dos recursos.

2. A modificação do contrato revestirá a forma escrita.

**Cláusula 15.<sup>a</sup>**

***Revogação***

1. As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2. A revogação do contrato revestirá a forma escrita.

**Cláusula 16.<sup>a</sup>**

***Cessação***

1. O contrato caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, de acordo com o disposto na *Cláusula 13.<sup>a</sup>*, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes.

2. O contrato renovar-se-á após a instalação da Assembleia Municipal de Pombal, não determinando a mudança dos titulares dos órgãos do Município de Pombal e da Freguesia de Pombal, a sua caducidade, salvo se aquele órgão deliberativo autorizar a denúncia deste contrato, no prazo de 6 (seis) meses após a sua instalação.

3. O presente contrato pode ainda cessar por resolução quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a uma das Outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

4. Quando a resolução do contrato tenha por fundamento a *alínea b)* do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar que da mesma resultam preenchidos os requisitos previstos nas *alíneas a) a e)* do n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



5. A cessação do contrato não poderá, em caso algum, colocar em causa a continuidade do serviço público, cabendo à Primeira Outorgante o exercício das competências para as quais o contrato tenha deixado de vigorar.

## ***CAPÍTULO II***

### ***Comunicações, prazos e foro competente***

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### ***Forma das comunicações e notificações***

1. As comunicações e as notificações entre as partes outorgantes serão efetuadas por escrito e remetidas via correio eletrónico, com recibo de entrega e leitura, para o respetivo endereço, identificado no presente instrumento, sem prejuízo da possibilidade de serem acordadas outras regras.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente contrato deverá ser comunicada, por escrito, à outra parte.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### ***Contagem dos prazos***

Os prazos previstos neste contrato são contínuos.

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

##### ***Foro competente***

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

## ***CAPÍTULO III***

### ***Forma, Direito aplicável e entrada em vigor***

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

##### ***Forma do contrato***



O presente contrato de delegação de competências é celebrado por escrito, sendo composto pelo respetivo clausulado.

**Cláusula 21.<sup>a</sup>**

***Direito aplicável***

1. Na execução do contrato ora firmado deverão ser observados:

a) Todo o clausulado;

b) A *Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e o Anexo I da mesma, e*

c) O *Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho.*

2. Subsidiariamente, e por força da lei, observar-se-ão, ainda as disposições constantes do *Código do Procedimento Administrativo.*

**Cláusula 22.<sup>a</sup>**

***Entrada em vigor***

O presente contrato interadministrativo entra em vigor após a sua aprovação pela Assembleia de Freguesia e pela Assembleia Municipal.

Pombal, ... de abril de 2017

Pela Primeira Outorgante,

*(Diogo Alves Mateus, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Pombal)*

Pela Segunda Outorgante,

*(António do Nascimento Lopes, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Pombal)*